

Plano Municipal de Prevenção à Violência 2026 – 2030

Sobral

Plano Municipal de Prevenção à violência

Sobral

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Elmano de Freitas – Governador do Estado do Ceará

Jade Romero – Vice-Governadora do Estado do Ceará

Chagas Vieira – Secretário-Chefe da Casa Civil

Francisco José Moura Cavalcante – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Casa Civil

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário Executivo de Integração e Governança da Casa Civil

Avilton Júnior – Coordenador Executivo de Prevenção à Violência (COPREV)

Vanessa Arraes – Gerente Técnica

Andréia Coelho – Gerente de Governança

Everton Cabral – Gerente de Monitoramento

Pedrita Viana – Assistente de Governança

Ozanira Aquino – Assistente de Governança

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL

Oscar Spíndola Rodrigues Júnior – Prefeito Municipal

Maria Imaculada Dias Adeodato – Vice-Prefeita Municipal

Sérgio Ricardo de Oliveira – Gabinete do Prefeito

Vanessa Braga – Secretária dos Direitos Humanos e da Assistência Social

Cláudia dos Santos Costa – Secretária dos Direitos Humanos e da Assistência Social

Rafael dos Santos Silva – Unidade de Gerenciamento de Projeto e Prevenção à Violência (UGP-PV)

Mário Cunha Lima – Secretária da Segurança Cidadã

Edinaldo Castro – Secretária da Segurança Cidadã

Suzane Chiot – Secretaria da Segurança Cidadã

Francisco Edson Cunha Madeira – Secretaria da Segurança Cidadã

Cynira Kézia Rodrigues Ponte Sampaio – Secretaria da Educação

Jane Lima Mendes – Secretaria da Educação

Jocélia Maria Santos de Lira Pessoa – Secretaria da Educação

Michelle Alves Vasconcelos Ponte – Secretaria da Saúde

Nátia Azevedo Aguiar Ribeiro – Secretaria da Saúde

Benedita Batista Amaro – Secretaria da Saúde

Evysdanna Gomes de Paula – Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Elaine Girão de Andrade – Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Cícera Sarah Moura Farias – Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Anderson Mateus Santos da Silva – Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Wellington Galvão Alves – Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Maria Larissa Portela Silva – Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Vitória Lopes Melo – Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Yara Ferreira Veiga Adrião – Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

PARCEIRO TÉCNICO

CONSÓRCIO

INSTITUTO CIDADE SEGURA

Alberto Kopittke – Diretor do Instituto Cidade Segura

Álex Brandão – Consultor em Prevenção à Violência

Thiago Magnus – Consultor em Prevenção à Violência

MACROPLAN – PROSPECTIVA, ESTRATÉGIA E GESTÃO

Gustavo Morelli – Sócio-Diretor

Éber Gonçalves – Diretor

Adriana Fontes – Diretora de Estudos e Dados

Fernando Saraiva – Líder de Projetos

Pedro Gesteira – Líder de Projetos

João Coutinho – Consultor

Tatiane Limani – Líder em Design

Clara Albuquerque – Estagiária em Design

Laura Felipeto – Estagiária

Daniel Braga – Estagiário

Victor Sande – Estagiário

SETEMBRO DE 2025

Sumário

Sumário.....	5
1. Introdução.....	6
Introdução	10
2. Desafios e conceitos	27
Desafios da violência estadual.....	28
Desafios da prevenção à violência municipal.....	33
Visão de futuro	37
3. A estratégia	39
Eixos temáticos	40
Objetivos Estratégicos	42
Metas e indicadores de acompanhamento	43
Iniciativas	45
Cronograma.....	49
Eixos Temáticos.....	50
Eixo da família	51
Eixo dos Grupos Vulnerabilizados	59
Eixo da Comunidade	79
Eixo de Governança e gestão.....	94
4. Governança e monitoramento	108
Governança	108

Sobral

A construção deste plano tem como objetivo geral **auxiliar o município de Sobral a diminuir os fatores de risco à violência contra pessoas e grupos vulnerabilizados e assim auxiliar na diminuição dos índices de violência no município.**

O referido plano tem como objetivos específicos:

- Promover o alinhamento da gestão municipal às diretrizes nacionais estabelecidas pelo Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)¹, pela Política Nacional de Segurança Pública e pelo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social², com ênfase no eixo de prevenção social da violência e da criminalidade;
- Ampliar a capacidade municipal de atuação preventiva, estruturando ações intersetoriais voltadas à redução de fatores de risco, ao fortalecimento de fatores de proteção e à diminuição das vulnerabilidades sociais, em consonância com a perspectiva preventiva do SUSP;
- Contribuir para a consolidação do pacto federativo da Segurança Pública, fortalecendo a articulação com políticas estaduais e federais e ampliando o acesso a programas, convênios, financiamentos, cooperações técnicas e parcerias com o Governo Federal, Estadual e organismos internacionais;
- Instrumentalizar a gestão municipal com estratégias e mecanismos integrados de curto, médio e longo prazo, de modo a evitar ações fragmentadas, fortalecendo a governança local e assegurando resultados sustentáveis;
- Integrar e fortalecer iniciativas de prevenção à violência desenvolvidas pelo município, em articulação com o Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PRéVio).

O documento está estruturado da seguinte maneira: o primeiro capítulo contém uma caracterização geral do município, uma introdução e a explicação sobre a metodologia e a estrutura conceitual utilizadas no plano. No segundo capítulo, encontramos a Camada diagnóstica, a qual contém os desafios identificados para a superação da violência no estado e no município, bem como a visão de futuro e uma breve descrição sobre os eixos temáticos, os objetivos, as metas e as iniciativas. Em seguida, no capítulo 3, iniciamos uma estruturação a partir dos eixos definidos, dentro dos quais encontramos as camadas tática e estratégica. Essas camadas contêm o detalhamento dos objetivos estratégicos, das metas e das iniciativas. Por fim, temos o capítulo destinado à Governança e monitoramento, no qual indicamos mecanismos para fortalecer a articulação inter e intragovernamental para a coordenação das políticas públicas identificadas.

1. LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

2. Disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/planos/plano_nac_de_seguranca_publica_e_def_soc_2021_2030.pdf/@download/file



1

Introdução

Sobral

Localizado no norte do estado do Ceará, o município de Sobral destaca-se como um dos mais importantes **polos urbanos, educacionais e econômicos do estado**. Com uma população estimada em 216,519 habitantes em 2025, segundo dados do IBGE, a cidade ocupa a **quinta posição entre as mais populosas do Ceará** e apresenta um **Índice de Desenvolvimento Humano de 0,714**, considerado de faixa alta.

Nos anos recentes, Sobral vem se destacando como uma **potência educacional do Brasil**, seja por conta do **elevado desempenho escolar das instituições de ensino municipais na educação básica**, que chegaram a fazer o município figurar no topo do ranking do Ideb e hoje o faz continuar entre os **dez municípios com maior nota no Brasil**, seja por conta da presença de diversos polos de educação superior, como a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Federal do Vale do Acaraú (UVA), além do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Esses centros de formação reforçam seu papel fundamental na qualificação de mão de obra, na pesquisa científica e no desenvolvimento cultural do estado do Ceará.



Sobral

A **economia** sobralense é **diversificada** e está em constante expansão. Tradicionalmente ligada ao **comércio** e aos **serviços**, a cidade também se destaca pela **indústria**, sendo sede de empresas de grande porte nos setores de **transformação, alimentos, calçados, bebidas e metalurgia**. Sobral funciona como **polo regional de distribuição e consumo**, atendendo a municípios do norte cearense e de estados vizinhos, o que fortalece ainda mais sua centralidade econômica.



A cidade também ficou marcada mundialmente por ser o palco do **experimento que comprovou a Teoria da Relatividade** de Albert Einstein em 1919, fato que atrai visitantes e pesquisadores interessados em ciência e história. Festivais de música, teatro e cinema, aliados à forte tradição religiosa e popular, completam o cenário cultural diversificado do município.

Nos últimos anos, Sobral enfrenta, assim como muitas cidades brasileiras, um **desafio relacionado à violência**. Para além da atuação no combate ostensivo à criminalidade, a cidade tem o desafio de continuar atuando nas **causas críticas que circundam o fenômeno da violência**, voltando seu foco também para a **prevenção como estratégia eficaz de redução dos índices que geram insegurança para seus cidadãos**.

Introdução

Nas últimas décadas, algumas das experiências exitosas de redução da violência no mundo **ocorreram nos municípios**. Isso porque a própria concepção de Segurança Pública tem se ampliado, saindo de um enfoque baseado apenas em ações de policiamento e justiça criminal, para um conjunto mais amplo de ações de urbanismo, programas de prevenção social voltados para crianças, adolescentes e famílias, e medidas de melhoria da convivência urbana, que vêm tendo um papel bastante efetivo, criando experiências de queda de violência com maior sustentabilidade ao longo do tempo.

Além disso, prefeitos e prefeitas vêm tendo um papel relevante para realizar a integração entre as diferentes agências de segurança pública municipais, estaduais e federais, o Ministério Público, o Poder Judiciário que atuam numa mesma cidade, impulsionando estratégias inovadoras e de alto impacto.

No Brasil, o papel dos municípios na Segurança Pública é crescente nas últimas três décadas. Seja com a criação dos Gabinetes Integrados de Segurança, de Observatórios de Segurança, das Guardas Municipais e a instalação de tecnologias de vigilância ou com Planos Municipais de Segurança Pública mais amplos, que tem feito diversas cidades se destacarem com experiências exitosas de redução da violência.

Atualmente, o papel dos municípios se consolidou como marco legal. No ano de 2018, entrou em vigor no Brasil, a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)³, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)⁴ e um novo e fortalecido Fundo Nacional de Segurança Pública⁵, os quais reconhecem um papel fundamental dos municípios.

Além disso, a legislação brasileira também vem reconhecendo de maneira crescente o papel das Guardas Civis Municipais, primeiramente com o Estatuto das Guardas Municipais⁶, que previu seu papel fundamental na implementação de estratégias de prevenção ao crime e, mais recentemente,

³ Atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) 2021-2030 pelo Ministério da Justiça. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/planos/plano_nac-_de_seguranca_publica_e_def-_soc-_2021___2030.pdf/view>.

⁴ Lei nº 13.675/2018.

⁵ Lei Nº 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018.

⁶ Lei 13.022/2014.

sendo reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal⁷ como força de segurança e integrando o Sistema de Segurança Pública.

Entre as diretrizes previstas através do PNSPDS (Lei 13.675/2018), os **Planos Municipais de Prevenção à Violência e Segurança Pública** devem dar prioridade principalmente aos seguintes pontos:

- Construção de **estratégias articuladas entre diferentes órgãos**, dos setores públicos e privados, instituições policiais e sociais;
- Promover a **integração de programas e projetos** nas áreas da educação, saúde, assistência social, entre outros;
- Promoção e execução de **ações voltadas a prevenção da violência**;
- Desenvolver **mecanismos de participação social** para construção de propostas;
- Desenvolver a **avaliação das políticas de prevenção e de segurança** implementadas;
- Elaboração de **programas voltados para educação e as famílias**; e,
- Estruturar mecanismos de **monitoramento das estratégias**, a fim de avaliar os programas implementados.

No quadro 1 a seguir são apresentadas as metas para o PNSPDS,⁸ levando em conta também a Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável⁹, e um conjunto de bases de dados oficiais¹⁰.

⁷ Guardas municipais integram o Sistema de Segurança Pública, decide STF. Disponível em:

<<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512996&ori=1>>.

⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm.

⁹ SILVA, Enid Rocha Andrade da; PELIANO, Anna Maria; CHAVES, José Valente (Org.). Agenda 2030 - ODS: Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf.

¹⁰ Com base no PNSP foram consideradas as seguintes bases de dados oficiais: Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp); do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde; do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

Quadro 1. Conjunto de metas do PNSPDS

Metas PNSPDC 2021/2030	
01 - Homicídios	para até 16/100 mil habitantes
02 - Lesão corporal seguida de morte	taxa de até 0,30/100 mil habitantes em 2030
03 - Latrocínio	taxa de até 0,70/100 mil habitantes em 2030
04 - Mortes violentas de mulheres	taxa de até 2,00/100 mil mulheres em 2030
05 - Mortes no trânsito	taxa de até 9 mortes por 100 mil habitantes
06 - Vitimização de profissionais de segurança	redução em 30% até 2030
07 - Suicídio de profissionais de segurança	redução em 30% até 2030
08 - Furto de Veículo	reduzir a taxa nacional para abaixo de 140 ocorrências por 100 mil veículos até 2030
09 - Roubo de Veículo	reduzir a taxa nacional para abaixo de 150 ocorrências por 100 mil veículos até 2030
10 - Vagas no sistema prisional	aumentar em 60% o quantitativo de vagas até 2030
11 - Atividade laboral para recolhidos no sistema prisional	aumentar em 185% o quantitativo de presos exercendo atividade laboral até 2030
12 - Atividade educacionais para recolhidos no sistema prisional	aumentar em 185% o quantitativo de presos exercendo atividade educacionais até 2030
13 - Incêndios e acidentes em geral nas edificações	Atingir o índice de 50% das Unidades Locais devidamente certificadas, por meio de alvará de licença (ou instrumento equivalente) emitidos pelos corpos de bombeiros militares até 2030

Fonte: PNSP 2021-2030. Elaboração própria.

Isto é, o papel proeminente dos municípios na prevenção à violência é cada vez mais uma necessidade. E este plano vai justamente ao encontro desta demanda.

Prevenção das violências a partir de uma abordagem integrada

A prevenção das violências, quando fundamentada na proteção social, constitui um pilar essencial para a promoção de sociedades mais justas, inclusivas e resilientes. Organismos como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) destacam que políticas sociais abrangentes — que asseguram direitos, ampliam oportunidades e fortalecem vínculos comunitários — têm impacto comprovado na redução de fatores de risco associados à violência (WHO, 2022; CEPAL, 2021)¹¹. No Brasil, documentos como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)¹² reforçam que a prevenção deve ser compreendida como um processo social amplo, que ultrapassa a resposta a ocorrências e se materializa na garantia de condições dignas de vida.

O fortalecimento das famílias ocupa posição estratégica nesse processo. Evidências científicas indicam que a presença de vínculos afetivos consistentes, o apoio parental qualificado e a estabilidade socioeconômica reduzem significativamente a exposição de crianças e adolescentes a situações de risco (Murray et al., 2019)¹³. Programas de apoio à parentalidade, visitas domiciliares, serviços de acolhimento temporário e ações de mediação familiar atuam como instrumentos preventivos ao minimizar conflitos e promover o desenvolvimento saudável. O trabalho articulado entre assistência social, educação e saúde possibilita o acompanhamento integral de famílias em situação de vulnerabilidade, rompendo ciclos intergeracionais de exclusão e negligência.

A atenção a grupos vulnerabilizados é outro elemento estruturante para a redução das violências. Crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, populações tradicionais, população LGBTQIA+ e pessoas em situação de rua enfrentam barreiras específicas que limitam seu acesso a

¹¹ WHO (2022). World report on violence and health. World Health Organization. CEPAL (2021). Panorama Social da América Latina 2021.

¹² Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. (2006). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

¹³ Murray, J., Cerqueira, D. R. C., & Kahn, T. (2019). Crime and violence in Brazil: Systematic review of time trends, prevalence rates and risk factors. *Aggression and Violent Behavior*, 44, 5–17. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.05.005>

direitos e aumentam a probabilidade de sofrerem agressões ou discriminações. Pesquisas apontam que estratégias de proteção social que combinem transferência de renda, inclusão produtiva, acesso universal a serviços públicos e promoção da equidade reduzem a vulnerabilidade e fortalecem a autonomia desses grupos (IPEA, 2021)¹⁴. Intervenções que consideram as dimensões cultural, territorial e de gênero das desigualdades conseguem, além de mitigar riscos, criar condições para que indivíduos e coletividades desenvolvam plenamente suas capacidades.

No nível comunitário, o fortalecimento do senso de pertencimento e da coesão social é decisivo para prevenir violências. Comunidades nas quais as pessoas mantêm laços de confiança, participação ativa e redes de solidariedade apresentam maior capacidade de prevenir e resolver conflitos sem escalada para situações de maior gravidade (Sampson, Raudenbush & Earls, 1997)¹⁵. Iniciativas como conselhos comunitários, projetos culturais e esportivos, hortas coletivas, cooperativas e espaços de convivência favorecem a integração e reforçam a responsabilidade compartilhada pelo bem-estar local. A proteção social, nesse sentido, deve estar presente na vida cotidiana dos territórios, assegurando que equipamentos públicos sejam acessíveis, seguros e adequados às necessidades da população.

A governança e a gestão integrada são fundamentais para dar sustentação a essas ações de proteção social. A articulação entre diferentes áreas — assistência social, saúde, educação, habitação, cultura, esporte, trabalho e renda — amplia a efetividade das políticas preventivas. Modelos de governança participativa, nos quais gestores públicos, organizações da sociedade civil e representantes comunitários definem conjuntamente prioridades e estratégias, têm se mostrado eficazes para alinhar recursos, evitar sobreposição de ações e potencializar resultados (UNDP, 2020)¹⁶. O uso de diagnósticos territoriais e sistemas de monitoramento e avaliação permite que as políticas sejam adaptadas conforme as mudanças no contexto social, garantindo maior pertinência e impacto.

¹⁴ IPEA (2021). Políticas sociais: acompanhamento e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

¹⁵ Sampson, R. J., Raudenbush, S. W., & Earls, F. (1997). Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *Science*, 277(5328), 918–924. <https://doi.org/10.1126/science.277.5328.918>.

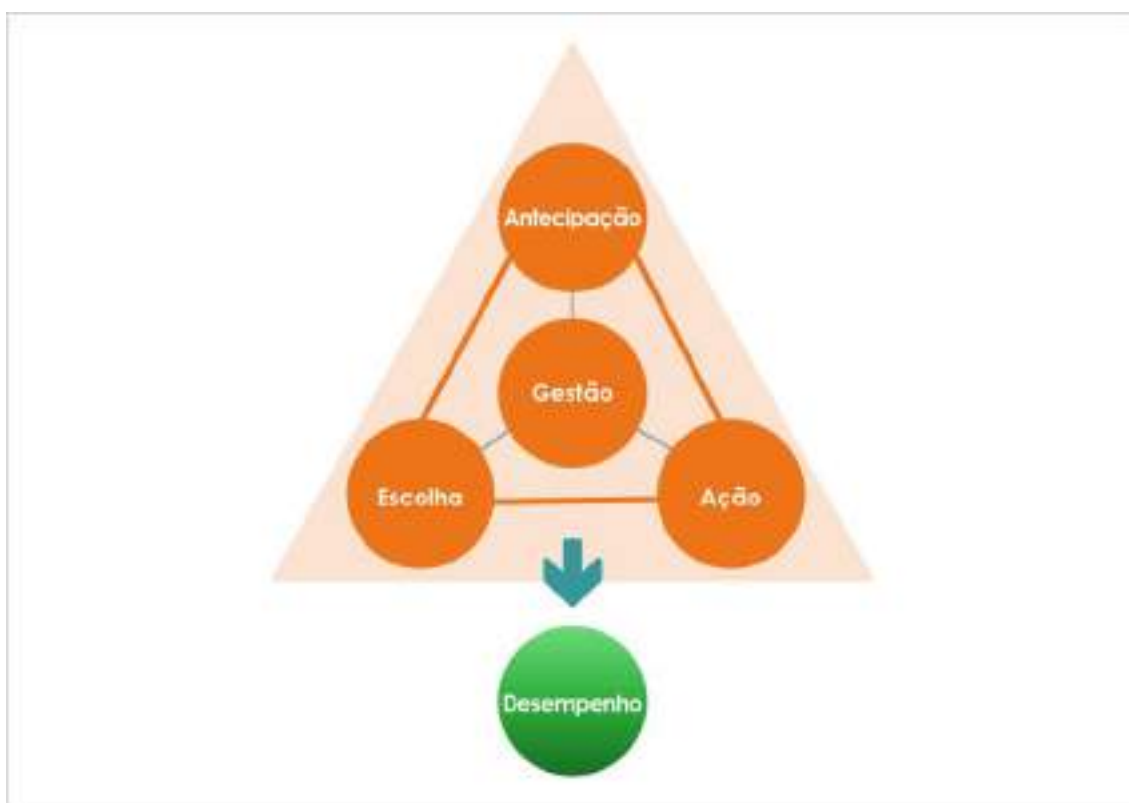
¹⁶ UNDP. (2020). Human Development Report 2020: The Next Frontier – Human Development and the Anthropocene. United Nations Development Programme.

Essa abordagem, ancorada na proteção social, propõe que a prevenção das violências seja entendida como um investimento em desenvolvimento humano e fortalecimento da cidadania. Ao priorizar o cuidado com as famílias, a inclusão de grupos vulnerabilizados, a coesão comunitária e a governança participativa, cria-se um ambiente social no qual a dignidade, a igualdade e o respeito mútuo são valores praticados e reforçados cotidianamente. Mais do que reduzir indicadores negativos, trata-se de construir condições permanentes para que todas as pessoas possam viver com segurança, pertencimento e oportunidades reais de desenvolvimento.

Estrutura conceitual

A construção de **políticas públicas voltadas à prevenção da violência** é um dos grandes desafios enfrentados por gestores e gestoras municipais. Nesse contexto, a elaboração de um plano estruturado, com bases sólidas e estratégias integradas, é essencial para orientar ações eficazes. Esta seção apresenta a **estrutura conceitual base** para o Plano Municipal de Prevenção à Violência.

É um plano que parte da **estratégia**, que pode ser definida como uma tríade que articula antecipação, escolha e ação. Essa tríade, quando integrada por um esforço de gestão deliberado e conduzido por uma liderança inspiradora, focada e agregadora, tem maiores chances de produzir **um melhor e mais sustentável desempenho a longo prazo**.



Fonte: Macroplan.

Para garantir o bom entendimento e a funcionalidade do Plano Municipal de Prevenção à Violência, ele será estruturado com base em uma organização lógica e sistemática. Cada seção foi planejada para oferecer um caminho coerente que vai desde o entendimento do contexto atual até a definição das

soluções estratégico-táticas propostas.



Além disso, é importante mencionar que a estrutura conceitual segue uma hierarquia em que cada elemento se fundamenta nos resultados dos anteriores, garantindo uma progressão lógica e interdependente entre os componentes.

Nota-se também que há quatro camadas de planejamento, sendo a primeira um preâmbulo introdutório. A segunda é a **camada diagnóstica**, que é crucial na definição das subseqüentes. Isto porque partimos da definição de quais são os desafios a serem superados para só então traçar estratégias para tal. Logo após identificados os desafios, partimos para a **camada estratégica**, na qual são apresentados a visão de futuro, os eixos temáticos, as metas mobilizadoras e os objetivos estratégicos. Por fim, é apresentada a camada tática, onde é mostrado como será a operacionalização do plano através de projetos, ações e entregas.

Nos relacionamentos hierárquicos, a lógica é que **a cada 1 elemento possam ser gerados “n” elementos abaixo**, e assim sucessivamente. Ex: para cada objetivo estratégico, podem ser gerados “n” projetos.



Essa estrutura em camadas, aliada à hierarquia entre os componentes, confere ao plano uma coerência interna, garantindo que cada decisão tomada esteja alinhada a um diagnóstico prévio e a objetivos bem definidos. Dessa forma, o modelo facilita a compreensão do encadeamento lógico entre os níveis do planejamento, e reforça a efetividade da implementação, ao assegurar que as ações propostas derivem diretamente das necessidades identificadas e estejam orientadas por uma visão estratégica consolidada.

PreVio

O PreVio – Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência surge como resposta às **altas taxas de violência** concentradas nos municípios mais **populosos do estado do Ceará**. Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa busca transformar a **prevenção à violência** por meio de ações **intersetoriais** e **integradas**, com foco em públicos-alvo vulnerabilizados, tais como jovens, mulheres, crianças, população LGBTQIA+ e jovens em cumprimento de pós-medida.

Seus principais objetivos incluem a redução de vulnerabilidades, o fortalecimento das redes locais de prevenção e o uso de **metodologias baseadas em evidências**. Os principais desafios estão na integração de diferentes setores e na implementação em contextos complexos de vulnerabilidade e de conflitos territoriais decorrentes da atuação de organizações criminosas.

As 11 vulnerabilidades

Após pesquisas e análises de diagnósticos estaduais e municipais¹⁷, a equipe do PreVio fez o levantamento das 11 principais vulnerabilidades sociais que atuam como causas críticas do fenômeno da violência no estado do Ceará. São elas:

1. **Relações parentais frágeis:** Situação em que os vínculos entre pais e filhos (as) são fragilizados devido a fatores como negligência, falta de diálogo e ausência de referências afetivas.
2. **Abandono e Evasão Escolar:** É o afastamento ou saída da escola antes de completara educação básica obrigatória. Pode ser causado por diversos fatores, como dificuldades de aprendizado, falta de interesse, necessidade de trabalhar, gravidez precoce, violência na escola ou no entorno, ou falta de apoio familiar.
3. **Experimentação de Álcool e outras substâncias:** Experimentação e consumo de bebidas alcoólicas, tabaco e outras drogas por crianças e adolescentes, frequentemente associada a influências sociais, falta

¹⁷ Cada Vida Importa – Evidências e recomendações para prevenção de homicídios na adolescência" (2016), Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do estado do Ceará.

de supervisão e acesso facilitado.

4. **Gravidez na Adolescência:** Ocorrência de gestação sem planejamento ou suporte adequado entre adolescentes, podendo ser resultado de exploração sexual.
5. **Jovem sem Oportunidade de Trabalho e Renda:** Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e geração de renda entre jovens, especialmente os de baixa renda, por diversos fatores (baixa escolaridade, baixa qualificação técnica, limitação de circulação territorial e/ou histórico de cumprimento de medidas socioeducativas e/ou de privação de liberdade).
6. **Adolescentes Envolvidos com Atos Infracionais e Pessoas Egressas do Sistema Prisional:** Compreende adolescentes que praticaram condutas descritas como crime ou contravenção penal pela lei, enquanto os egressos são indivíduos adultos que cumpriram pena em algum momento de sua vida em razão de cometimento de ato classificado como crime. O envolvimento em atos infracionais e/ou crimes pode ser influenciado por diversos fatores, como a exposição à violência, a falta de oportunidades, a influência de grupos criminosos, a fragilidade dos vínculos familiares e a ausência de projetos de vida.
7. **Cultura de Violência contra Grupos Vulnerabilizados:** Conjunto de normas, crenças e práticas que naturalizam e perpetuam as violências: de gênero contra as mulheres; baseada na raça e/ou etnia; contra povos e comunidades tradicionais; contra pessoas indígenas; contra pessoas com deficiência (capacitismo), contra pessoas em razão da idade (etarismo); contra pessoas idosas; LGBTfobia e transfobia.
8. **Vida Comunitária Conflituosa:** Caracteriza-se pela presença constante de tensões, disputas e violência entre os moradores de uma determinada comunidade. Esses conflitos podem ter diversas origens, como disputas territoriais, problemas de vizinhança, atuação de grupos criminosos, falta de espaços de diálogo e mediação, e ausência de serviços públicos eficientes.
9. **Infraestrutura Urbana Precária:** A infraestrutura urbana precária refere-se

à insuficiência ou ausência de serviços e equipamentos urbanos essenciais ao bem-estar da população, como saneamento básico, iluminação pública, transporte de qualidade, escolas adequadas e espaços de lazer.

10. Fragilidade na Formação de Profissionais: Refere-se à insuficiência na qualificação e formação técnica de gestores e trabalhadores que atuam nos serviços públicos, especialmente em territórios marcados por alta vulnerabilidade social.

11. Fragmentação das relações Intersetoriais e Interinstitucionais: A fragmentação das relações intersetoriais e interinstitucionais diz respeito à fragilidade na articulação entre os diversos setores e instituições que compõem a administração pública — nas esferas estadual, regional, municipal e territorial — especialmente aqueles envolvidos com políticas de prevenção e enfrentamento da violência. Essa fragmentação se manifesta na falta de planejamento conjunto, na duplicação de esforços, na dificuldade de compartilhar informações e na ausência de fluxos de atendimento integrados.

Metodologia de trabalho

Processo de construção do plano



Para a execução do plano, foi criada uma metodologia participativa de trabalho em parceria com o município, que envolveu uma série de encontros presenciais e virtuais, com o objetivo de garantir ampla participação popular e diálogo constante com a comunidade e atores locais.

O processo foi organizado em duas etapas principais: o seminário municipal de prevenção à violência inicial e a posterior elaboração do plano.

Na primeira etapa, realizou-se o **seminário municipal de prevenção à violência**, organizado pelo PReVio e com suporte técnico do consórcio, tendo como objetivos principais sensibilizar os municípios sobre a relevância da prevenção à violência e coletar informações essenciais para a elaboração do plano. Esse seminário destacou-se pela alta participação popular e envolvimento ativo da comunidade, garantindo um espaço aberto e democrático para troca de ideias.

Durante o evento, foram captadas as percepções da população em relação à visão de futuro desejada, identificados os principais desafios enfrentados pelo município no contexto da prevenção à violência, e debatidas estratégias que poderiam ser implementadas para enfrentar tais desafios.

Os participantes tiveram a oportunidade de expressar livremente suas opiniões, compartilhar experiências pessoais e propor ações concretas, contribuindo

significativamente para a construção de um diagnóstico participativo e abrangente, essencial para a fase posterior de desenvolvimento do plano.

Foto 1. Seminário técnico realizado em fevereiro de 2025



Crédito: Equipe consórcio

Esse processo se deu tanto por discussões, onde os participantes falavam e debatiam acerca do tema de prevenção à violência, quanto por uma formalização escrita de suas principais conclusões em uma ficha de sugestões. Desta forma, o material escrito pelos participantes que foi produzido serviu como um insumo essencial para a formulação posterior. Para garantir a rastreabilidade das informações, cada uma das fichas de sugestão foi digitalizada e transcrita para uma planilha digital, onde só então iniciou-se o processo de organização e análise das informações. Além disso, os membros da equipe técnica do PReVio também anotaram os principais pontos da discussão em uma planilha digital.

O segundo momento foi de **elaboração do plano**. Nele foram realizadas diversas oficinas de trabalho que tinham como objetivo definir pontos-chave da estrutura conceitual. As oficinas, realizadas de forma virtual, e a apresentação presencial do plano em consulta pública foram importantes para debater desafios, estruturar estratégias e consolidar as diretrizes do plano municipal.

Para estruturar esta segunda etapa do trabalho, foram utilizados como insumos principais: o diagnóstico municipal de violência e vulnerabilidades disponibilizado pela Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP/SSPDS/CE); o material coletado durante os seminários; e o levantamento de políticas públicas relacionadas à prevenção à violência

elaborado pelo PReVio, que apresentou as principais políticas municipais, estaduais e federais sendo desenvolvidas no tema de prevenção à violência.

Além disso, o fluxo de trabalho para as oficinas se estabeleceu da seguinte forma: o consórcio enviava com antecedência o material que seria utilizado na apresentação, de forma que fosse possível os membros do núcleo lerem o material. Desta forma, durante as oficinas foi possível fazer deliberações acerca dos elementos. Por fim, após cada uma das oficinas, o consórcio enviava a consolidação dos resultados delas.

Ao total, foram realizados 7 encontros, nos quais foram debatidos os principais pontos de deliberação sobre o plano municipal de prevenção à violência. A primeira atividade foi a **reunião de partida** que teve como principal objetivo combinar o cronograma, a metodologia de trabalho e formar o núcleo de elaboração do plano, que foi responsável por debater os pontos-chave do plano.

O núcleo de elaboração foi formado por secretários(as) e membros designados diretamente pelos secretários(as) para tomar as decisões ao longo do processo de elaboração do Plano de Prevenção à Violência. O grupo foi dimensionado para que fosse pequeno o suficiente para garantir a celeridade do processo, mas suficientemente amplo para dar legitimidade e respaldo às deliberações.

A segunda atividade foi a **oficina de desafios quantitativos e qualitativos**, nela foram trazidos elementos qualitativos advindos do seminário técnico, contendo a perspectiva dos(as) cidadãos(ãs) do município. Conjuntamente, foram trazidos *insights* dos dados fornecidos pela SUPESP/SSPDS/CE e a equipe de dados do Consórcio. Levando em consideração esses dois aspectos, foi construída uma lista inicial de desafios. Durante a oficina, esses desafios passaram por um momento de debate acerca de seu mérito e priorização daqueles que o núcleo de elaboração do plano designou mais adequado ao ambiente municipal.

A terceira atividade foi a **oficina para a construção de visão de futuro**. Nesta oficina o objetivo era fazer a construção de uma visão de futuro para a prevenção à violência no município. Novamente foi trazida a perspectiva dos cidadãos do município, visto que a lista inicial construída pelo consórcio foi baseada nos temas coletados durante o seminário técnico, trazendo os elementos mais citados pela população para uma lista inicial de opções. Durante a oficina, as opções foram apresentadas e chegou-se a um consenso

para a visão do município através de uma dinâmica.

A quarta atividade foi a **oficina de priorização dos objetivos estratégicos**. Para a construção dos objetivos estratégicos do plano foram levados em conta tanto os desafios estabelecidos quanto a visão de futuro escolhida. A dinâmica de priorização dos objetivos foi novamente pautada através das estratégias levantadas pela população durante o seminário, além da experiência do consórcio em planejamento e prevenção à violência. Com isso, chegou-se à oficina com uma lista inicial de objetivos estratégicos, que foram priorizados e selecionados durante a oficina pelo núcleo de elaboração do plano.

A quinta atividade foi a **oficina de definição de metas**. Esta oficina foi baseada principalmente na relação de desafios, visão de futuro e objetivos estratégicos com indicadores. Para a construção da lista inicial de metas, foram conectados os principais desafios a indicadores, sobre os quais foi feita uma projeção baseada em dois critérios principais, projeção tendencial e valores de referência. Desta forma, os valores para a projeção em 2030 foram tidos como as metas para cada um dos indicadores. Com isso, foi assegurado que elas sejam realistas e atingíveis, levando em consideração a evolução observada em contextos comparáveis ou no próprio município. Durante a oficina, foram definidas quais delas eram ou não factíveis, além de selecionar as metas mobilizadoras para o plano.

A sexta atividade foi a **apresentação do plano em reunião de validação**. Este foi o momento de apresentar o plano para um público mais ampliado e receber sugestões de melhoria. Desta forma, foi corroborado o processo de participação popular ao longo de todo o processo de elaboração.

Foto 2. Debate sobre iniciativas



Crédito: Equipe consórcio

A sétima atividade foi o **debate sobre iniciativas**. Na ocasião, foi apresentado o levantamento realizado pelo consórcio, que mapeou os projetos e ações desenvolvidos no município relacionados à prevenção da violência. Durante a oficina, os participantes do núcleo de elaboração foram convidados a contribuir em dois aspectos principais: validar se o conjunto de iniciativas apresentado estava correto e fornecer mais detalhes sobre as entregas previstas de cada uma delas. Esse processo de diálogo e validação permitiu o aprimoramento das informações iniciais e resultou na consolidação de uma lista final com as iniciativas efetivamente em desenvolvimento no município.

O processo de construção do plano combinou rigor técnico e embasamento em evidências com a valorização da escuta e da participação social, promovendo engajamento e legitimidade no âmbito municipal.



2

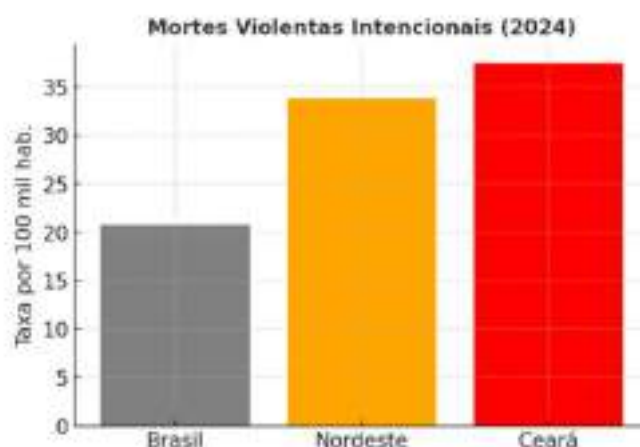
Desafios e conceitos

Desafios da violência estadual

O Estado do Ceará vem empreendendo esforços relevantes voltados à área de prevenção da violência e ao fortalecimento da segurança pública, com destaque para o aprimoramento de programas preventivos e para os investimentos em policiamento, tecnologia, análise criminal e estratégias baseadas em evidências.

Todavia, em 2024, o estado do Ceará apresentou um dos cenários mais agravados do país no que se refere às Mortes Violentas Intencionais (MVI). Enquanto a maior parte das unidades da federação registrou redução nas taxas de violência letal, o Ceará ostenta um aumento de 10,9% desse indicador. A taxa estadual alcançou 37,5 mortes por 100 mil habitantes, configurando-se como a terceira mais alta do Brasil, atrás apenas do Amapá (45,1) e da Bahia (40,6). No contexto regional, a média do Nordeste foi de 33,8 por 100 mil habitantes, o que confirma que o estado se encontra acima da já elevada letalidade da região. O gráfico 1 subsequente evidencia de forma comparativa os dados mencionados.

Gráfico 1. Comparativo de taxas de MVI 2024.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, FBSP, 2025

Esse crescimento não se restringiu a uma modalidade específica, mas foi generalizado, abrangendo homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte, mortes de policiais e mortes resultantes de intervenções policiais, evidenciando a gravidade e a complexidade do problema de

segurança pública enfrentado pelo Ceará.

Este cenário é ainda mais grave nos indicadores de violência contra jovens. Em 2023, o estado registrou uma taxa de 72,8 mortes violentas intencionais jovens de 15 a 29 anos, 27,7% maior que a taxa brasileira. Além disso, ao longo de toda a série histórica o indicador para o estado está acima do nacional. Este fenômeno pode ser visualizado no gráfico 2 a seguir.

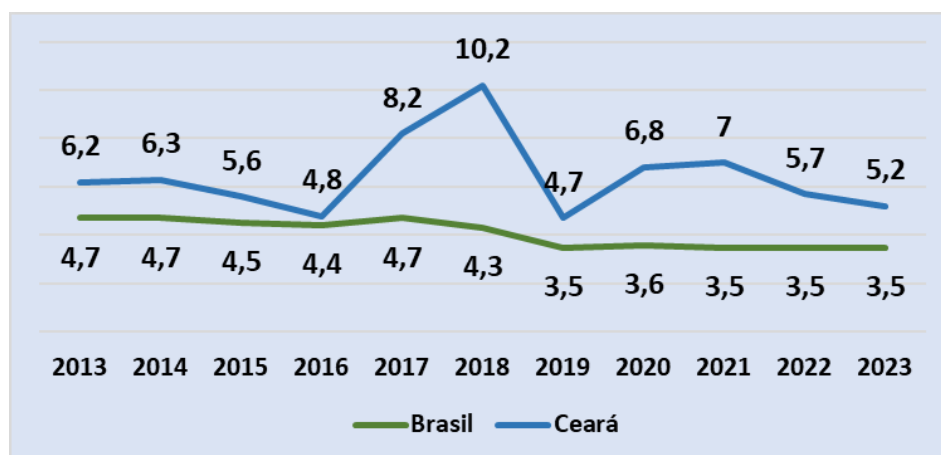
Gráfico 2. Taxa de homicídios de jovens (15 a 29 anos)



Fonte: Atlas da Violência, IPEA, 2025

No tocante aos homicídios de mulheres, os dados também revelam um quadro que requer atenção. O estado registrou 310 vítimas em 2024, o que corresponde a uma taxa de 6,5 por 100 mil habitantes, bem superior à média nacional de 3,4 e acima da média nordestina, de 5,2. A violência de gênero, portanto, apresenta-se como um fenômeno persistente e mais intenso no Ceará quando comparado tanto ao país como ao conjunto da região. O comportamento desse indicador é ilustrado no gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3. Taxa de homicídios de mulheres:

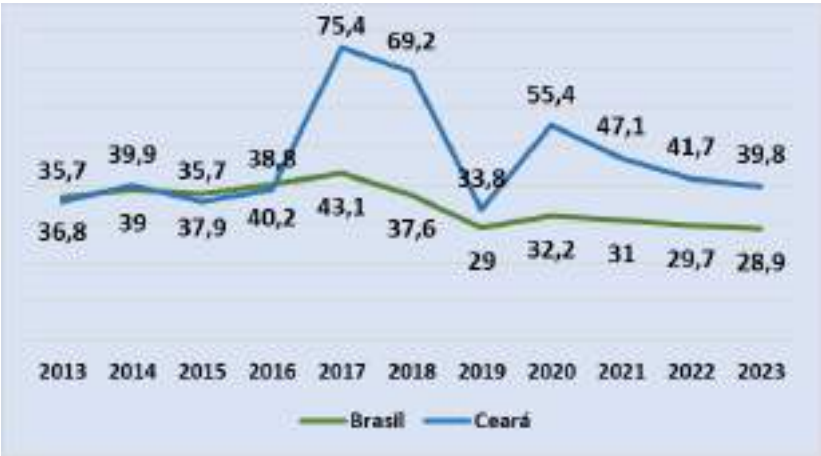


Fonte: Atlas da Violência, IPEA, 2025

No entanto, o aspecto mais preocupante encontra-se no reconhecimento legal da qualificadora de feminicídio. Apesar do elevado número de homicídios femininos, apenas **13,2%** foram oficialmente classificados como feminicídios, índice muito inferior à média brasileira, de **40,3%**, e mesmo à média do Nordeste, de **28%**. Esse descompasso sugere falhas na aplicação da legislação e fragilidades institucionais na identificação da motivação de gênero, o que contribui para a invisibilização da violência contra a mulher e compromete a efetividade das políticas de enfrentamento.

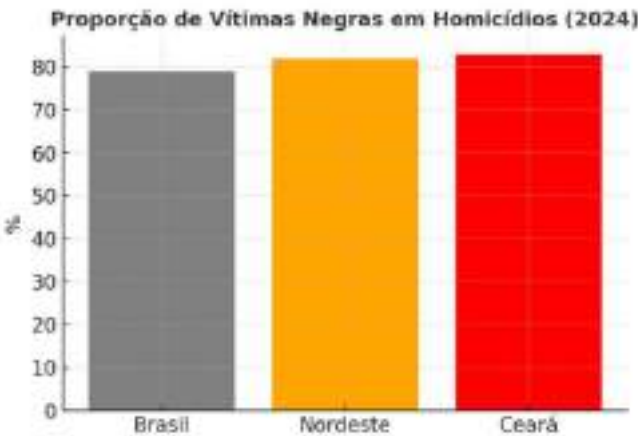
Outro dado de destaque refere-se à seletividade racial da violência letal. Em 2024, **83% das vítimas de homicídio no Ceará eram pessoas negras (pretas e pardas)**, percentual superior à média nordestina de **82%** e à média nacional de **79%**. Essa disparidade demonstra a reprodução, em nível estadual, de uma dinâmica estrutural de desigualdade racial que marca a violência no Brasil, mas com intensidade ainda maior no contexto cearense. Esse padrão se torna mais claro no gráfico 3 apresentado abaixo.

Gráfico 3. Taxa de homicídios de pessoas pretas



Fonte: Atlas da Violência, IPEA, 2025

Gráfico 4. Comparativo de taxas de vítimas negras em homicídios, 2024.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, FBSP, 2025

De forma geral, os indicadores analisados mostram que o Ceará apresenta desafios significativos no campo da segurança pública, especialmente no que se refere à letalidade violenta, à violência de gênero, e às desigualdades raciais. Ao mesmo tempo, nota-se o esforço em introduzir tecnologias de apoio ao enfrentamento da criminalidade e avanços pontuais, como a redução das tentativas de feminicídio.

Esses elementos indicam caminhos possíveis para políticas mais integradas,

capazes de equilibrar ações de prevenção social e medidas de segurança pública, com ênfase no reconhecimento da violência de gênero e na redução das desigualdades estruturais que marcam a dinâmica criminal no estado.

Um caminho possível passa pela cooperação entre estado e municípios no que tange à prevenção à violência. Essa articulação, pauta presente no esforço de planejamento estratégico consolidado neste documento, é fundamental para que esses índices sejam revertidos e possamos ter um melhor cenário para o estado do Ceará nos próximos anos.

Desafios da prevenção à violência municipal

Os desafios municipais **sintetizam o diagnóstico** de fragilidades do município na prevenção à violência, destacando os principais problemas e gargalos municipais relacionados ao tema.

Eles foram construídos a partir de elementos tanto **quantitativos**, sendo neste caso a principal fonte de dados o Observatório de Prevenção à Violência, construído pela SUPESP/SSPDS/CE¹⁸ (Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública); quanto **qualitativos**, que foram levantados através do seminário técnico realizado pelo PReVio em fevereiro de 2025 e a oficina técnica para priorização dos desafios, realizada com o núcleo de elaboração do plano.

O núcleo responsável pela elaboração do plano foi composto por integrantes da alta gestão municipal, com o objetivo de assegurar que as decisões tomadas ao longo das reuniões estivessem alinhadas com a atual administração e contassem com respaldo institucional. Essa composição também contribuiu para dar maior agilidade ao processo decisório, garantindo que as deliberações pudessem ser implementadas com eficiência e legitimidade.

É importante destacar que os desafios na prevenção à violência tratam de temas transversais. Desta forma, eles podem se relacionar com mais de um eixo, bem como com mais de um objetivo estratégico e meta, porém para fins de organização foram organizados de tal forma a pertencerem a um eixo temático.

A seguir são apresentados os desafios da prevenção à violência do município de Sobral.

¹⁸ Os dados obtidos através do Observatório de Prevenção à Violência são coletados a partir das secretarias estaduais correspondentes, sejam eles administrativos ou de bases públicas.

Desafios municipais de prevenção à violência de Sobral



Desafio 1: Fragilidade nas relações parentais e da rede de apoio às famílias

Em Sobral, muitos núcleos familiares enfrentam dificuldades para manter vínculos afetivos consistentes e exercer funções protetivas, especialmente em contextos de sobrecarga, estresse socioeconômico e ausência de suporte institucional. A fragilidade das relações parentais, associada à limitação das redes comunitárias de apoio, pode comprometer o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, além de aumentar os riscos de negligência, evasão escolar e exposição a situações de violência. **Um dado que ilustra este desafio é número elevado de registros de nascidos vivos de mães adolescentes (entre 11 e 19 anos de idade) no município. Entre 2018 e 2023 foram registrados 2060 casos¹⁹.**

Ademais, é importante notar o número elevado de registros de violência do tipo negligência ou abandono no município de Sobral. **Segundo dados do DataSUS, Sobral lidera em número de notificações deste tipo de violência dentre os 10 municípios que compõem o escopo do PReVio, o que demonstra a dificuldade do município na prestação de apoio às famílias e no reforço de práticas de parentalidade positiva.**

¹⁹ Fonte: Observatório de Prevenção à Violência – SUPESP/SSPDS/CE

Desafio 2: Vulnerabilidade social e invisibilidade da Juventude

Grande parte da juventude sobralense, especialmente aquela que reside em territórios periféricos ou em contextos de pobreza, vivencia altos níveis de vulnerabilidade social, marcados por limitações de acesso a direitos, falta de oportunidades e baixa representatividade nas decisões públicas. **Para exemplificar este fato, é possível notar que dentre as vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em Sobral entre os anos de 2019 e 2024, mais da metade (54,29%) eram adolescentes e jovens²⁰.** Em muitos casos, os jovens permanecem invisibilizados pelas políticas públicas, com poucos espaços de escuta, participação ou protagonismo.

Desafio 3: Desigualdade no acesso a políticas de esporte, cultura e lazer para juventudes em situação de vulnerabilidade

As oportunidades de participação em atividades esportivas, culturais e de lazer não estão igualmente distribuídas em Sobral. Jovens de áreas periféricas ou de maior vulnerabilidade encontram mais barreiras para acessar equipamentos públicos, eventos e iniciativas que promovam convivência, expressão e bem-estar. Essa desigualdade acentua o distanciamento de muitos adolescentes e jovens desses espaços, limitando o acesso a experiências fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social.

Desafio 4: Desigualdade no acesso ao emprego e renda entre jovens das periferias, com oferta limitada de qualificação

Jovens que vivem nas periferias de Sobral enfrentam desvantagens no acesso ao mercado de trabalho e às oportunidades de geração de renda. Há uma oferta restrita de formação profissional adequada às realidades desses territórios, além de entraves relacionados à mobilidade urbana, à discriminação e à falta de redes de contato. A **taxa de empregabilidade formal** no município entre os jovens é um exemplo do desafio do município nesta seara,

²⁰ Fonte: Observatório de Prevenção à Violência – SUPESP/SSPDS/CE

permanecendo estável ao **longo dos últimos três anos (2022-2024) em 38%**²¹. Essas barreiras afetam principalmente os jovens em situação de vulnerabilidade, que permanecem afastados das possibilidades de inserção produtiva e de autonomia financeira.

Desafio 5: Fragilidade na integração e intersectorialidade na prevenção à violência, especialmente no apoio às iniciativas comunitárias e da juventude

A atuação dos diferentes setores públicos em Sobral voltados à prevenção da violência ocorre, em muitos casos, de forma desarticulada. Há dificuldades na comunicação entre áreas como educação, saúde, assistência social, segurança e cultura, o que impacta o encaminhamento e o acompanhamento de situações complexas. Além disso, iniciativas comunitárias e ações protagonizadas por jovens precisam ser integradas à rede de enfrentamento à violência, principalmente pensando na legitimidade das ações de estado, bem como sua visibilidade e continuidade.

Desafio 6: Fragilidade na formação e qualificação contínua dos profissionais da rede pública em prevenção à violência

Profissionais da rede pública de Sobral frequentemente atuam em contextos de alta demanda e complexidade, sem o suporte adequado de processos formativos contínuos com foco em prevenção à violência. Em diversas áreas, observa-se ausência de capacitações regulares e aprofundadas sobre prevenção à violência, acolhimento de públicos vulnerabilizados, e manejo de situações críticas. Essa fragilidade compromete a segurança técnica das equipes, além de afetar a uniformidade dos atendimentos e o alinhamento com os marcos legais e normativos.

²¹ Fonte: RAIS e DATASUS.

Visão de futuro

A **Visão de Futuro** sintetiza, de forma **direta e factível**, a **situação desejada** para o município em um horizonte de tempo determinado. Representa a **direção estratégica** que orienta os esforços do plano, funcionando como um norte para as decisões e iniciativas voltadas à prevenção da violência. Construída de **maneira participativa**, a visão reflete os sonhos, expectativas e percepções de gestores públicos e da sociedade civil sobre o futuro da cidade.

Essa Visão de Futuro foi elaborada a partir da captação de dados qualitativos coletados nos **Seminários Técnicos** realizados em fevereiro de 2025, onde foram reunidas contribuições e aspirações sobre a prevenção à violência. Posteriormente, essas informações passaram por um **processo de priorização e filtragem**, conduzido na **oficina técnica** com o **núcleo de elaboração do plano**, até alcançar uma formulação final alinhada às características e necessidades do município. Esse processo garantiu o **alinhamento entre diagnóstico e aspirações coletivas**, articulando uma **imagem objetiva e inspiradora do futuro** a ser alcançado, capaz de **orientar as estratégias** e ações institucionais nos próximos anos.



"Sobral: referência em cultura de paz, acolhimento ao cidadão e oportunidades para as juventudes"

Visamos um futuro em que Sobral promova o acolhimento e a cultura de paz, com políticas voltadas à formação, ao trabalho e inclusão da juventude, garantindo dignidade, acolhimento e cidadania ativa para todos os sobralenses.

Atributos que sustentam a visão de futuro



Cultura de paz: Município que promove valores de não violência, solidariedade e convivência respeitosa, onde as relações comunitárias se baseiam na cooperação e na resolução pacífica de tensões.



Acolhimento ao cidadão: Os serviços são acessíveis, humanizados e sensíveis às diferentes realidades sociais, garantindo que todos os cidadãos, especialmente os mais vulnerabilizados, se sintam reconhecidos, protegidos e bem recebidos pelas instituições públicas.



Oportunidades para as juventudes: Município que valoriza seus jovens como sujeitos de direitos e agentes de transformação. Através do respeito às juventudes, há estímulo ao protagonismo e à construção de projetos de vida com autonomia, pertencimento e perspectiva de futuro.



3

A estratégia

Eixos temáticos

Os eixos foram estruturados para contemplar as principais áreas de atuação na prevenção da violência, garantindo uma abordagem mais eficiente e direcionada. Cada eixo foi alinhado às vulnerabilidades identificadas pelo PReVio, promovendo uma integração estratégica entre os Planos Municipais e o Programa, otimizando a execução dos projetos e fortalecendo a efetividade das iniciativas.



Fonte: Elaboração própria.

Família: Este eixo foca na valorização e no fortalecimento dos vínculos familiares como estratégia fundamental para a prevenção da violência. Em seu escopo, devem ser elaboradas ações de apoio às famílias, formação em metodologias com evidências científicas sobre parentalidade positiva e acesso a serviços sociais, educacionais e de saúde, visando criar um ambiente seguro e acolhedor para crianças, adolescentes e demais membros da família.

Grupos Vulnerabilizados: Este eixo foca na proteção e inclusão de públicos mais suscetíveis à violência e à exclusão social, como crianças, adolescentes, mulheres, idosos, população LGBTQIA+ e pessoas em situação de rua. As ações visam ampliar a rede de proteção, garantir direitos e promover oportunidades, fortalecendo políticas de prevenção que reduzam riscos e vulnerabilidades.

Comunidade: Este eixo foca no fortalecimento do senso de pertencimento e na promoção da coesão social, estimulando a participação ativa da população e na resolução de conflitos frente a situações de perturbação do sossego ou sensação de insegurança, que afetam a comunidade, a partir da formulação de parcerias com as comunidades, construção de soluções com outros serviços municipais e atores diversos, realizando ações como mutirões de revitalização de áreas e terrenos baldios. Prevê iniciativas de ocupação dos espaços

públicos, redes de apoio comunitário, práticas restaurativas e mediação de conflitos, além do fortalecimento da relação entre a comunidade e as instituições locais a partir de intervenções urbanas.

Governança e Gestão: Este eixo foca na melhoria da governança municipal na área da prevenção à violência, promovendo integração entre diferentes setores e instituições. Serão fortalecidos os mecanismos de monitoramento, avaliação e articulação intersetorial, garantindo a execução eficiente das políticas públicas, o uso qualificado de dados e evidências, monitoramento e avaliação, e a ampliação da capacidade técnica dos gestores locais.

Objetivos Estratégicos

Objetivos estratégicos são **resultados prioritários** que devem ser alcançados ou mantidos no horizonte do plano. Os objetivos devem sintetizar a transformação que se buscará efetivar na realidade no horizonte de tempo do plano. Devem obedecer aos seguintes critérios: pertinentes, mensuráveis, motivadores, inteligíveis e alcançáveis.

Sua formulação é fruto da **continuidade do processo de planejamento**, refletindo tanto os principais desafios identificados quanto a visão de futuro estabelecida para o plano de prevenção à violência. Além disso, a construção dos objetivos contou com a **participação ativa da população**, cujas contribuições foram coletadas durante o seminário realizado em fevereiro de 2025. Esse processo participativo foi complementado pela seleção dos objetivos realizada pelo núcleo responsável pela elaboração do plano.

A apresentação dos objetivos estratégicos municipais está **organizada por eixos temáticos**, permitindo uma visualização coerente e estruturada das prioridades definidas. Esses objetivos podem ser consultados na seção correspondente a cada eixo.

Metas e indicadores de acompanhamento

As metas são a **quantificação da visão de futuro ou dos objetivos estratégicos**. Elas dimensionam o esforço a ser empreendido da situação atual aos horizontes estabelecidos. Estão associadas a indicadores e devem ser específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais.

Além das metas, o plano também irá se debruçar sobre **indicadores de acompanhamento**, definidos como ferramentas essenciais para monitorar a situação da prevenção da violência no município. Esses indicadores refletem aspectos relevantes da prevenção à violência, porém não estão diretamente sob controle das ações municipais, o que requer um acompanhamento especial ao longo da execução do plano, garantindo um monitoramento constante e efetivo dos resultados alcançados.

As metas do Plano Municipal de Prevenção à Violência foram desenvolvidas utilizando metodologia que combina projeção tendencial e definição de valores de referência. A **projeção tendencial** baseia-se no comportamento histórico recente do próprio indicador no município, projetando-o para o período desejado; o **valor de referência** é estabelecido utilizando-se a média histórica do município em períodos anteriores ou pela comparação com referências externas, como a média estadual (Ceará) ou valores da capital, Fortaleza. Desta forma, assegurando que sejam **realistas, atingíveis e alinhadas ao contexto local**, mas ao mesmo tempo, **desafiadoras**.

Além disso, há também o elemento das **metas mobilizadoras**, definidas por seu elevado potencial de impacto na concretização dos objetivos do plano. Elas se caracterizam, ainda, pela sua capacidade de gerar **engajamento e visibilidade**, funcionando como instrumentos estratégicos para impulsionar a participação social, articular esforços institucionais e fortalecer a comunicação das ações prioritárias junto à sociedade.

Os dados utilizados para essa construção foram extraídos principalmente do **portal do PReVio, do INEP e do DATASUS**, garantindo uma base sólida de evidências quantitativas, que também pode ser acessada de maneira pública e facilita o acompanhamento posterior pelas equipes estaduais, municipais e da população.

Após essa etapa técnica, as metas passaram por um **processo de validação em oficinas técnicas** conduzidas com o núcleo de elaboração do plano. Nesse espaço, discutiu-se a **factibilidade de cada meta**, ajustando-as conforme a visão dos representantes municipais, garantindo que fossem adequadas às capacidades e necessidades locais e conectadas à visão de futuro. Dessa forma, as metas estabelecidas não apenas expressam os resultados desejados, mas também funcionam como **referências concretas e mensuráveis** para

orientar ações, medir avanços e mobilizar esforços no enfrentamento das vulnerabilidades prioritárias.

A apresentação das metas está **organizada por eixos temáticos**, permitindo uma visualização coerente e estruturada das metas definidas. Elas podem ser consultadas na seção correspondente a cada eixo.

Importante ressaltar as diferenças entre metas e indicadores de acompanhamento. **Metas** são resultados específicos que o município pretende alcançar por meio de suas ações diretas. Elas têm caráter estratégico, indicando diretamente o esforço necessário para ir da situação atual à situação desejada, com prazo definido e controlável pelas ações municipais. **Indicadores de acompanhamento**, por outro lado, são parâmetros que ajudam a monitorar o contexto da prevenção à violência, mas que não necessariamente dependem exclusivamente das ações municipais para mudar. Eles refletem tendências e permitem avaliar o ambiente geral, fornecendo informações importantes para ajustar estratégias ou ações conforme necessário ao longo do tempo.

	Metas	Indicadores de acompanhamento
Controle das ações	Dependem diretamente das iniciativas executadas pelo município	Não estão sob controle direto das iniciativas executadas pelo município
Finalidade	Estão diretamente atreladas aos objetivos estratégicos	Monitoram tendências e contextos mais amplos
Responsabilidade	Responsabilidade direta do município em sua execução e alcance	Responsabilidade indireta; município monitora, mas não controla integralmente
Função na Avaliação de Resultados	São utilizadas para avaliar o cumprimento das ações planejadas, verificando se os resultados esperados foram alcançados	São utilizados para interpretar o cenário mais amplo, permitindo entender se há mudanças significativas no ambiente social, mesmo que não diretamente causadas pelo plano

Iniciativas

As iniciativas indicam **o que deve ser feito** para em seu conjunto, produzir os resultados almejados e, conseqüentemente, atingir os objetivos e metas estabelecidas. Elas são compreendidas por um conjunto de **projetos e ações** que, em seu conjunto, auxiliam na consecução das estratégias estabelecidas.

Um **projeto** é um **empreendimento único e singular**, feito a partir de intervenções com escopo, recursos alocados, prazo e entregas definidas, estruturadas a partir de diretrizes bem definidas. Tem potencial para gerar impacto e auxiliar a atingir um ou mais objetivos estratégicos.

Uma **ação** é uma **intervenção direta** para implementação de política pública envolvendo alocação de recursos e monitoramento de desempenho, quando possível. Não precisa estar dentro do escopo de um projeto, mas precisa estar conectada aos objetivos estratégicos.

As iniciativas apresentadas foram coletadas ao longo de um processo que contou com diferentes fontes: a primeira delas foi o levantamento de políticas públicas relacionadas à prevenção à violência, que foi realizado por um consultor parceiro do PReVio. A segunda foi o momento de reuniões presenciais com as secretarias do município, nas quais foram coletadas informações sobre projetos e ações em curso. Por fim, também foi utilizado um formulário eletrônico, no qual os gestores municipais cederam informações sobre iniciativas sendo desenvolvidas no município. Além disso, durante a oficina de projetos, foram coletadas informações adicionais e identificadas lacunas no mapeamento inicial. Desta forma, foi construída uma lista de iniciativas que, de fato, espelhava o que está sendo executado no município no que tange a prevenção à violência.

A apresentação das iniciativas está **organizada por eixos temáticos**, permitindo uma visualização coerente e estruturada delas. Elas podem ser consultadas na seção correspondente a cada eixo.

Em cada uma delas, há uma divisão entre as **iniciativas municipais, que são levadas a cabo de forma direta pelos entes municipais**; e as **iniciativas complementares, que podem ser estaduais ou federais**, que não estão na esfera de competências do município, mas que estão contempladas pelo tema do plano, prescindindo de apoio do município para sua execução. Esta distinção

é importante, pois garante que o monitoramento das ações municipais seja realizado pela governança do plano, sem deixar de lado iniciativas que são referentes à prevenção à violência, mas que não têm gerência do município.

Assim, a distinção entre iniciativas municipais e complementares se mostra fundamental para a efetividade do plano. Ao separar o que é de responsabilidade direta do município daquilo que depende da atuação estadual ou federal, cria-se uma distinção bem definida sobre os papéis e os limites de atuação de cada ente, garantindo que os gestores municipais tenham foco no que está sob sua governança, ao mesmo tempo em que reconhecem e articulam esforços complementares. Essa diferenciação fortalece a governança do plano, possibilita um monitoramento mais preciso e evita sobreposição de responsabilidades, contribuindo para maior eficiência na execução das políticas públicas de prevenção à violência.

Na página a seguir há um exemplo de como as iniciativas estarão dispostas ao longo do documento.

Nome da Iniciativa

(Identificação direta e objetiva da iniciativa, destacando sua finalidade principal)

Eixo da iniciativa

Descrição

Resumo breve da iniciativa, explicando seu propósito, relevância e principais objetivos.

Natureza

Classificação da iniciativa quanto ao tipo: projeto ou ação

Status

Situação atual da iniciativa, indicando se está em execução ou em planejamento.

Período de execução

Intervalo de tempo previsto para a realização da iniciativa, incluindo ano inicial e final.

Órgão responsável

Instituição, secretaria ou unidade administrativa encarregada pela execução e acompanhamento da iniciativa.

Vinculação Estratégica

Relação da iniciativa com os objetivos estratégicos estabelecidos para o plano.

Metas

Entrega

Resultado concreto a ser gerado pela iniciativa, de forma mensurável e verificável.

2026

2027

2028

2029

2030

Quantificação das entregas em cada ano do horizonte temporal do plano, permitindo o monitoramento do progresso.

Estratégia de Prevenção à Violência de Sobral 2025-2030

Metas mobilizadoras

1. Atingir o percentual de ao menos 20% de agentes públicos capacitados no tema de prevenção à violência até 2030
2. Aumentar a taxa de empregabilidade formal entre a população jovem de 38% para 51% até 2030

FAMÍLIA

Metas

1. Reduzir a taxa de ocorrência da violência do tipo negligência/abandono por 100 mil habitantes de 462,2 para 180,4 até 2030

Desafios

Fragilidade nas relações parentais e de rede de apoio às famílias

Objetivos estratégicos

1. Fortalecer os vínculos e as relações parentais

Iniciativas municipais

1. Estudo - projeto para fortalecimento dos vínculos e relações parentais

Iniciativas complementares

- Estaduais**
1. Prevenção em Família
 2. PadIn+

GRUPOS VULNERABILIZADOS

Metas

1. Aumentar a taxa de empregabilidade formal entre a população jovem de 38% para 51% até 2030 ★
2. Manter a taxa de abandono (Anos finais - rede pública) zerada até 2030

Indicador de acompanhamento

1. Taxa de abandono do ensino médio

Desafios

Desigualdade no acesso ao emprego e renda entre jovens das periferias, com oferta limitada de qualificação

Objetivos estratégicos

1. Promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade
2. Fortalecer políticas de emprego e renda e ampliar a qualificação profissional para grupos em situação de vulnerabilidade
3. Garantir o protagonismo das juventudes na construção de políticas
4. Incentivar o planejamento familiar para jovens em situação de vulnerabilidade

Iniciativas municipais

1. Patrulha de defesa da mulher
2. Semeando cuidados - Diálogos sobre a Lei Maria da Penha
3. Comissões de combate à violência - Previne
4. Trevo de quatro folhas
5. Estudo - projeto para promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade
6. Estudo - projeto para fortalecer políticas de emprego e renda
7. Estudo - projeto para garantir o protagonismo das juventudes na construção de políticas

Iniciativas complementares

- Estaduais**
1. Unidade móvel LGBT
 2. Virando o Jogo
 3. PROJEMA
 4. Nem 1 aluno fora da escola
 5. Empodera
 6. CRDH - Centro de Referência dos Direitos Humanos
 7. Programa primeiro passo
 8. Inteligentes

COMUNIDADE

Metas

1. Aumentar o número de espaços revitalizados na cidade até 2030

Indicador de acompanhamento

1. Taxa de CVLI de crianças e adolescentes por 100 mil habitantes

Desafios

Desigualdade no acesso a políticas de esporte, cultura e lazer para juventudes em situação de vulnerabilidade

Objetivos estratégicos

1. Ampliar a infraestrutura urbana de lazer e esporte no município
2. Promover a cultura de paz e a convivência comunitária em territórios vulnerabilizados

Iniciativas municipais

1. Mediação em ação
2. Ronda escolar
3. Ocupa SESEC
4. Cidadania na base
5. Guardamirim
6. Estudo - projeto para ampliar a infraestrutura urbana de lazer e esporte no município

Iniciativas complementares

- Estaduais**
1. Fortalecimento da rede estadual de justiça restaurativa
 2. Cidade Viva
 3. Itinerante
 4. Minha escola ensina direitos

GOVERNANÇA E GESTÃO

Metas

1. Ter até 2030 a presença de planos municipais ativos que direcionem as ações em segurança, cultura, educação e saúde
2. Atingir o percentual de ao menos 20% de agentes públicos capacitados no tema de prevenção à violência até 2030 ★

Desafios

Fragilidade na integração e intersetorialidade na prevenção à violência, especialmente no apoio às iniciativas comunitárias e da juventude

Objetivos estratégicos

1. Fortalecer a articulação entre os entes governamentais

Iniciativas municipais

1. Unidade de Gerenciamento de Prevenção de Violências (UGP/PV)
2. Cuidado e assistência para as forças de segurança
3. Educação para a paz
4. Cuidando de quem educa - Círculos de construção de paz

Iniciativas complementares

- Estaduais**
1. Capacitação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres
 2. Curso de formação para gestores

LEGENDA



FAMÍLIA



GRUPOS
VULNERABILIZADOS



Visão de Futuro

Sobral: referência em
cultura de paz,
acolhimento ao cidadão
e oportunidades para as
juventudes

COMUNIDADE



GOVERNANÇA
E GESTÃO



Cronograma de iniciativas municipais



Legenda: ■ Iniciativa em curso ⚙️ Iniciativa a ser elaborada

Eixos Temáticos



Eixo da família



Família

Quando tratamos de família, reconhece-se que esses vínculos são fundamentais para o desenvolvimento de indivíduos e comunidades, sendo um eixo central na prevenção à violência. A família, como espaço de cuidado, afeto e socialização, é capaz de promover valores, estabilidade emocional e redes de apoio que contribuem diretamente para a proteção social. No entanto, dados revelam desafios significativos nesse âmbito: em 2022, o Brasil registrou quase 41 mil casos de estupro de crianças de 0 a 13 anos, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, evidenciando a vulnerabilidade desse grupo no ambiente familiar²². Além disso, conforme relatório do Fórum, "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil", a violência contra a mulher, em todas as suas formas, cresceu em 2022, o feminicídio em 6,1%, violência doméstica em 2,9% e as ameaças em 7,2%. Nesse sentido, o fortalecimento das famílias deve ser orientado por políticas públicas integradas, que garantam apoio emocional e material, capacitação em práticas parentais positivas, acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, sempre respeitando a diversidade e as especificidades de cada território.

A implementação de ações voltadas para esse eixo exige uma abordagem intersetorial e articulada, mobilizando diferentes atores do sistema de garantias de direitos e da rede de proteção social. Escolas, unidades de saúde, CRAS, CREAS, conselhos tutelares e organizações da sociedade civil devem atuar de forma coordenada para identificar fragilidades, mapear demandas e propor intervenções consistentes que fortaleçam a família como núcleo central da prevenção. Além disso, é fundamental promover espaços de escuta ativa, participação comunitária e construção coletiva de soluções, garantindo que as políticas públicas cheguem de forma efetiva e sensível à realidade das famílias. Dessa forma, o plano contribui não apenas para a redução da violência, mas para a promoção de trajetórias de desenvolvimento, cuidado e pertencimento para crianças, adolescentes e suas famílias.

²² Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. Fórum Brasileiro de segurança pública.



EIXO FAMÍLIA

Metas e indicadores de acompanhamento

Meta

- 1 Reduzir a taxa de ocorrência da violência do tipo negligência/abandono por 100 mil habitantes de 462,2 para 180,4 até 2030.

Desafios

Fragilidade nas relações parentais e da rede de apoio às famílias

Objetivos estratégicos

- 1 Fortalecer os vínculos e as relações parentais

Iniciativas municipais

Estudo - projeto para fortalecimento dos vínculos e relações parentais

Iniciativas complementares

Prevenção em família

Padrin

Quadro de indicadores

Indicadores com meta

Indicador	Linha de base	Metas						Fonte
		2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Taxa de ocorrência da violência do tipo negligência/abandono por 100 mil habitantes	462 (2024)	415,2	336,9	258,7	206,5	184,8	180,4	DATASUS

Objetivos Estratégicos

Para o eixo da família foi definido 1 objetivo estratégico:

1. Fortalecer os vínculos e as relações parentais

Este objetivo busca promover transformações estruturantes nas dinâmicas familiares, com foco no fortalecimento das relações parentais como componente central para a proteção e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Parte-se do reconhecimento de que vínculos familiares frágeis contribuem para situações de negligência, afastamento escolar, exposição a violências e ruptura com redes de apoio. Observou-se nos últimos anos um pico de ocorrências do tipo negligência e abandono²³, e o plano objetiva retomar patamares mais aceitáveis para o indicador através do fortalecimento dos vínculos e das relações parentais.

Esse objetivo dialoga diretamente com o **desafio “fragilidade nas relações parentais e da rede de apoio às famílias”**. Tal alinhamento expressa o entendimento de que para superar a fragilidade nas relações é necessário fortalecer os vínculos familiares.

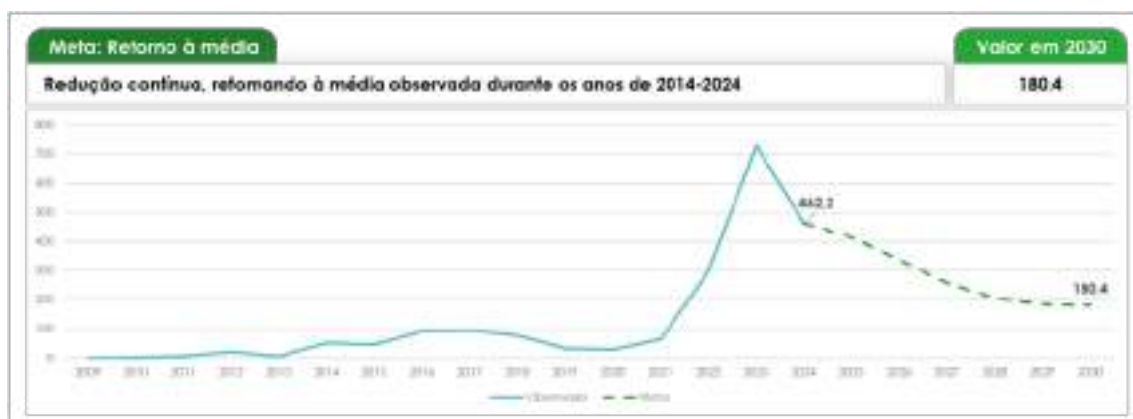
²³ Fonte: DATASUS. Nota: observe o gráfico do indicador na próxima página.

Metas

Para o eixo da família foi definida uma meta:

1. Reduzir a taxa de ocorrência da violência do tipo negligência/abandono por 100 mil habitantes de 462,2 para 180,4 até 2030

O indicador apresentou relativa estabilidade entre 2014 e 2020, entretanto, a partir de 2021, houve um **forte aumento**, com um pico acentuado em **2022**, ultrapassando os **700 registros**. Em 2023, observa-se uma redução significativa, com o valor recuando para **462,2**. A meta projetada estabelece uma **redução contínua até 2030**, com o objetivo de retornar à média registrada entre **2014 e 2024**, fixada em **180,4**. A linha verde tracejada representa essa trajetória de queda esperada, indicando um processo de retomada da estabilidade do indicador ao longo dos próximos anos.



Fonte: DATASUS. Nota: * Os anos anteriores à 2014 não foram selecionados por entender que se trata de subnotificação.

Estudo - projeto para fortalecimento dos vínculos e relações parentais



Descrição

O projeto consiste na realização de um estudo aprofundado sobre práticas, metodologias e políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos vínculos parentais e fortalecimento de políticas sobre planejamento familiar, compreendidos como dois dos principais fatores de proteção na prevenção à violência. A iniciativa busca identificar evidências nacionais e internacionais, mapear experiências locais e levantar indicadores que permitam compreender como fortalecer os vínculos parentais e promover o planejamento familiar no município.

A expectativa é que, com base nesse estudo, seja possível orientar a implementação de programas que promovam o fortalecimento dos vínculos e das relações parentais.

Natureza

Projeto

Status

Em planejamento

Período de execução

2026

Órgão responsável

Grupo de Trabalho a ser designado pela Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Fortalecer os vínculos e as relações parentais.

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Estudo entregue	1	-	-	-	-

Prevenção em família (SPS)



Descrição

É um programa de prevenção ao uso problemático de álcool, tabaco e outras drogas, como também aos comportamentos de risco à saúde da criança e do adolescente. Através de "Encontros de Famílias", visa reforçar fatores protetivos, fortalecer vínculos familiares e desenvolver habilidades de vida.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PRéVio/ Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD)/ Governo do Estado do Ceará

Padin+

Descrição

Tem como objetivos fortalecer as competências parentais e promover vínculos saudáveis entre pais, cuidadores e filhos, além de melhorar a relação entre família e escola, reduzindo riscos de envolvimento com situações violentas. O programa inclui a formação de supervisores e agentes de desenvolvimento infantil pela SEDUC, visitas familiares para orientação sobre o desenvolvimento infantil, e encontros comunitários bimestrais para interações entre famílias e crianças.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PRéVio/ Governo do Estado do Ceará

Eixo dos Grupos Vulnerabilizados



Grupos vulnerabilizados

O eixo de Grupos vulnerabilizados concentra-se na proteção e inclusão de pessoas e grupos historicamente expostos a múltiplas formas de violência e exclusão social, como crianças, adolescentes, mulheres, idosos, população LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e em situação de rua. Essas populações enfrentam maiores barreiras para acessar direitos básicos, como saúde, educação, moradia e segurança, e por isso exigem respostas mais cuidadosas e específicas do poder público. De acordo com levantamento da Confederação Nacional de Municípios, durante a pandemia da Covid-19, a violência contra as mulheres e vulneráveis aumentou em 41,9% das cidades brasileiras, mostrando uma crescente tendência de violência contra os grupos mais frágeis²⁴. Além disso, foi divulgado no final de 2024 pelo Ministério dos Direitos Humanos que houve 274.999 queixas de violências contra crianças e adolescentes durante o ano²⁵. A partir da análise de dados como esses, vemos como esses grupos continuam sendo afetados, e como existem poucas ações diretas de mitigação desta tendência. O objetivo do eixo é garantir o acolhimento e o fortalecimento das redes de apoio, ampliando as oportunidades e reduzindo os riscos associados às suas vulnerabilidades.

A atuação nesse eixo deve considerar ações intersetoriais que articulem a assistência social, a saúde, a educação, a cultura e outros serviços essenciais, com estratégias orientadas por dados e escutas qualificadas dos territórios. É fundamental investir em políticas públicas que promovam dignidade, reconhecimento e autonomia desses grupos, enfrentando as desigualdades estruturais que sustentam os ciclos de violência. Por isso, é essencial que as políticas públicas voltadas a esses grupos considerem suas especificidades e sejam construídas com base em diagnósticos qualificados e diálogo com os territórios, promovendo condições para a superação das desigualdades e a ampliação de oportunidades

²⁴ Extraído de: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/violencia-contramulheres-e-vulneraveis-aumenta-em-41-9-das-cidades-brasileiras>. Acesso em 27/06/2025.

²⁵ Extraído de: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/disque-100-registra-657-2-mil-denuncias-em-2024-e-crescimento-de-22-6-em-2024>. Acesso em 27/06/2025.



EIXO GRUPOS VULNERABILIZADOS

Metas e indicadores de acompanhamento

Meta

- 1 Aumentar a taxa de empregabilidade formal entre a população jovem de 38% para 51% até 2030 ★
- 2 Manter a taxa de abandono (Anos finais - rede pública) zerada até 2030

Indicador de acompanhamento

- 1 Taxa de abandono do ensino médio

Desafios

Objetivos estratégicos

Iniciativas municipais

Iniciativas complementares

Desigualdade no acesso ao emprego e renda entre jovens das periferias, com oferta limitada de qualificação

1 Promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade

2 Fortalecer políticas de emprego e renda e ampliar a qualificação profissional para grupos em situação de vulnerabilidade

3 Garantir o protagonismo das juventudes na construção de políticas

Vulnerabilidade Social e Invisibilidade da Juventude

4 Incentivar o planejamento familiar para jovens em situação de vulnerabilidade

Patrulha de defesa da mulher
Semeando cuidados - Diálogos sobre a Lei Maria da Penha
Previne

Estudo - projeto para promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade

Estudo - projeto para fortalecer políticas de emprego e renda

Estudo - projeto para garantir o protagonismo das juventudes na construção de políticas

Trevo de Quatro Folhas

Unidade móvel LGBT

Projema

CRDH - Centro de Referência dos Direitos Humanos

Empodera

Programa primeiro passo

Virando o jogo

Inteligentes

Nem 1 aluno fora da escola

Legenda: ★ Metamobilizadora

Quadro de indicadores

Indicadores com meta

Indicador	Linha de base	Metas						Fonte
		2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Taxa de empregabilidade formal entre a população jovem	38% (2024)	39,8%	43,3%	47,2%	49,7%	50,7%	51%	Observatório/SPDS/CE
Taxa de abandono (Anos finais – rede pública)	0 (2024)	0	0	0	0	0	0	Observatório/SPDS/CE e DATASUS

Indicador de acompanhamento

Indicador	Linha de base	Alvos						Fonte
		2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Taxa de abandono (Ensino médio – rede pública)	1,6 (2023)	0,9	0,7	0,5	0,4	0,3	0,2	INEP

Objetivos Estratégicos

Para o eixo de Grupos Vulnerabilizados foram definidos 4 objetivos estratégicos, são eles:

1. Promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade.

Este objetivo parte do reconhecimento de que grupos vulnerabilizados enfrentam barreiras históricas de acesso a direitos, serviços e espaços de participação, sendo frequentemente alvo de estigmas, discriminações e invisibilização. A exclusão social impacta diretamente suas condições de vida, restringindo possibilidades de pertencimento, mobilidade social e proteção. Uma das maneiras de promover a inclusão social é garantir que todas as crianças e jovens não abandonem as escolas, fato que vem sendo observado no município para os alunos do ensino fundamental.²⁶ O objetivo visa enfrentar esses processos de exclusão, promovendo ações que favoreçam a valorização da diversidade, o reconhecimento de identidades e o acesso pleno à cidadania.

2. Fortalecer políticas de emprego e renda e ampliar a qualificação profissional para grupos em situação de vulnerabilidade

Este objetivo reconhece que a exclusão do mercado de trabalho e a baixa qualificação profissional afetam de forma mais acentuada os grupos vulnerabilizados. A falta de acesso a oportunidades de qualificação e geração de renda contribui para a reprodução de desigualdades e para o aprofundamento da exclusão social. Nos últimos três anos foi observada uma estabilidade na taxa de empregabilidade entre os jovens no município²⁷. O objetivo busca enfrentar esse quadro, fortalecendo políticas que ampliem o acesso à formação profissional e à inserção produtiva, com vistas à redução das desigualdades socioeconômicas e ao fortalecimento da autonomia desses grupos.

²⁶ Fonte: INEP.

²⁷ Fonte: RAIS e DATASUS.

3. Garantir o protagonismo das juventudes na construção de políticas

Este objetivo reflete o entendimento de que as juventudes não devem ser apenas destinatárias das políticas públicas, mas atores centrais em sua formulação e monitoramento. A ausência de escuta qualificada e de espaços efetivos de participação limita a capacidade de resposta do poder público às demandas e potências dos jovens, especialmente daqueles em territórios vulnerabilizados. O objetivo busca garantir a presença ativa das juventudes nos processos decisórios, ampliando o reconhecimento de suas vozes, saberes e experiências como elementos essenciais para o desenho de políticas mais eficazes e representativas.

4. Incentivar o planejamento familiar para jovens em situação de vulnerabilidade.

Este objetivo parte da constatação de que muitos jovens em contextos de vulnerabilidade têm acesso restrito a informações e serviços relacionados ao planejamento familiar, saúde sexual e reprodutiva. Essa lacuna contribui para a ocorrência de gestações não planejadas, abandono escolar e rupturas familiares. O objetivo busca enfrentar esse desafio promovendo o acesso qualificado a informações, orientações e recursos que apoiem decisões conscientes e responsáveis sobre o exercício da sexualidade, respeitando os direitos, a autonomia e os projetos de vida das juventudes.

Esses objetivos estão diretamente conectados aos **desafios de desigualdade no acesso ao emprego e renda entre jovens das periferias, com oferta limitada de qualificação** e de **vulnerabilidade social e invisibilidade da juventude**. A proposta reflete a convicção de que promover a proteção e inclusão de grupos vulnerabilizados e das juventudes, são medidas centrais para interromper ciclos de negligência, violência e exclusão.

Metas

Para o eixo de grupos vulnerabilizados foram definidas 2 metas, são elas:

1. **Aumentar a taxa de empregabilidade formal entre a população jovem de 38% para 51% até 2030.**

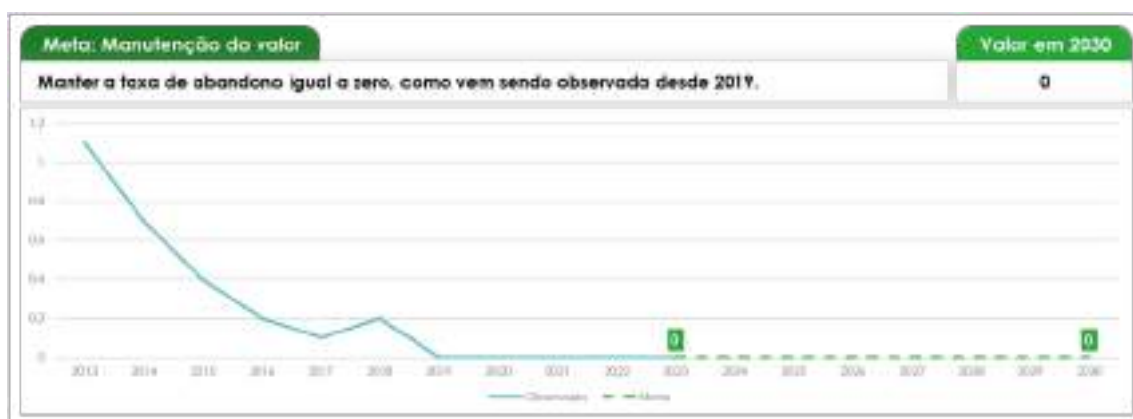
Após atingir seu pico em 2013, a taxa caiu progressivamente até estabilizar-se em torno de **30% a 35% entre 2020 e 2023**, especialmente impactada pela pandemia da COVID-19. Em 2024, o valor observado foi de **38%**, ainda abaixo do melhor desempenho histórico. A projeção considera um **crescimento gradual até 2030**, com o objetivo de **atingir 51%**, retomando o patamar máximo já registrado no município. A linha verde tracejada indica essa trajetória de recuperação, que coloca Sobral entre os melhores índices de empregabilidade jovem do estado.



Fonte: RAIS e DATASUS. Nota: * Considerando valores de 2024.

2. Manter a taxa de abandono (Anos finais - rede pública) zerada até 2030.

Desde 2019, Sobral mantém a taxa de abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental **igual a zero**, um feito altamente expressivo em termos de garantia do direito à educação. Após sucessivas **reduções entre 2012 e 2018**, o indicador atingiu o valor nulo e permaneceu **estável até 2024**. A meta projetada é **manter essa taxa zerada até 2030**, consolidando o município como referência estadual e nacional na prevenção à evasão escolar. A linha verde tracejada acompanha o valor observado, reforçando o compromisso com a universalização da permanência escolar.



Fonte: INEP.

Indicador de acompanhamento

Para o eixo de grupos vulnerabilizados foi definido 1 indicador de acompanhamento:

1. Reduzir a taxa de abandono (Ensino médio - rede pública) de 1,6 para 0,2 até 2030.

A taxa de abandono escolar no ensino médio da rede pública em Sobral apresentou uma trajetória geral de queda desde 2013, quando superava os **6%**. No entanto, houve um **recrudescimento entre 2021 e 2023**, com a taxa subindo para **1,6%**. A meta é reduzir o indicador para **0,2% até 2030**, firmando a posição de Sobral entre as cidades com os melhores resultados do estado. A linha verde tracejada no gráfico indica a trajetória de queda esperada, com valores progressivamente mais baixos ao longo da década.



Fonte: INEP.

Patrulha de defesa da mulher



Descrição

A Patrulha de Defesa da Mulher, da Guarda Civil Municipal de Sobral, atua na prevenção e repressão à violência contra a mulher. Suas ações incluem orientação sobre direitos, acompanhamento de vítimas e fiscalização de medidas protetivas, garantindo proteção a mulheres em situação de violência doméstica.

Natureza

Ação

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria da Segurança Cidadã (SESEC) / Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Percentual de medidas protetivas monitoradas remotamente	100%	100%	100%	100%	100%
Ações de divulgação realizadas em diferentes territórios	24	24	24	24	24
Percentual atendido de visitas presenciais às vítimas	100%	100%	100%	100%	100%
Participação em capacitações	12	12	12	12	12

Semeando cuidados - Diálogos sobre a Lei Maria da Penha



Descrição

Projeto do Ministério Público do Ceará em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Visa informar aos estudantes do ensino fundamental I e II sobre a Lei Maria da Penha e suas implicações, prevenir a violência doméstica e familiar por meio de diálogos e debates nas escolas, fortalecer a educação e a cidadania na temática da igualdade de gênero e direitos das mulheres.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria Municipal da Educação / Ministério Público do Ceará

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Palestras realizadas	6	6	6	6	6
Alunos capacitados	300	300	300	300	300
Escolas contempladas	6	6	6	6	6

Comissões de combate à violência



Descrição

Comissões do programa Previne dentro das escolas, formadas pelo diretor, um professor e um funcionário da instituição com objetivo de desenvolver ações de prevenção à violência contra a criança e o adolescente junto à comunidade escolar e, notificar casos suspeitos ou confirmados de violência ou violação de direitos ao Conselho Tutelar.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria Municipal de Educação e Ministério Público do Ceará/ Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Ações realizadas	1000	1000	1000	1000	1000
Percentual de alunos contemplados	100%	100%	100%	100%	100%
Escolas contempladas	89	89	89	89	89

Trevo de quatro folhas



Descrição

Oferta cuidado integral às gestantes, puérperas e crianças em situação de vulnerabilidade, com foco na redução da mortalidade materna e infantil e no fortalecimento do apoio à mulher no exercício da maternidade. Realiza o acompanhamento do ciclo gestacional e do desenvolvimento da criança, desde o nascimento até os dois anos de vida.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria Municipal da Saúde / Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Incentivar o planejamento familiar para jovens em situação de vulnerabilidade

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Oficinas de educação de saúde sexual e reprodutiva realizadas	80	80	80	80	80
Percentual de gestantes de 10 a 19 anos acompanhadas com oferta de pré-natal	100%	100%	100%	100%	100%
Semana do Adolescente realizada, com foco em ações educativas e de promoção da saúde sexual e reprodutiva	1	1	1	1	1
Percentual de Centros de Saúde da Família com métodos contraceptivos disponibilizados para adolescentes em situação de vulnerabilidade	100%	100%	100%	100%	100%

Estudo - projeto para promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade



Descrição

O projeto consiste na realização de um estudo aprofundado sobre práticas, metodologias e políticas públicas voltadas à promoção da inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade. A iniciativa busca identificar evidências nacionais e internacionais, mapear experiências locais e levantar indicadores que permitam compreender como implementar projetos acerca desses temas.

A expectativa é que, com base nesse estudo, seja possível orientar a implementação de programas que permitam a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade no município.

Natureza

Projeto

Status

Em planejamento

Período de execução

2026

Órgão responsável

Grupo de Trabalho a ser designado pela Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Estudo entregue	1	-	-	-	-

Estudo - projeto para fortalecer políticas de emprego e renda



Descrição

O projeto consiste na realização de um estudo aprofundado sobre práticas, metodologias e políticas públicas voltadas à promoção da inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade. A iniciativa busca identificar evidências nacionais e internacionais, mapear experiências locais e levantar indicadores que permitam compreender como diminuir a desigualdade no acesso ao emprego e renda grupos em situação de vulnerabilidade.

A expectativa é que, com base nesse estudo, seja possível orientar a implementação de programas que permitam o fortalecimento das políticas de renda e de emprego, bem como ampliem a qualificação profissional para grupos em situação de vulnerabilidade no município.

Natureza

Projeto

Status

Em planejamento

Período de execução

2026

Órgão responsável

Grupo de Trabalho a ser designado pela Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Fortalecer políticas de emprego e renda e ampliar a qualificação profissional para grupos em situação de vulnerabilidade

Entrega

Metas

2026	2027	2028	2029	2030
1	-	-	-	-

Estudo entregue

1

-

-

-

-

Estudo - projeto para garantir o protagonismo das juventudes na construção de políticas



Descrição

O projeto consiste na realização de um estudo aprofundado sobre práticas, metodologias e políticas públicas voltadas à garantia do protagonismo das juventudes na construção de políticas. A iniciativa busca identificar evidências nacionais e internacionais, mapear experiências locais e levantar indicadores que permitam compreender como implementar projetos acerca desses temas.

A expectativa é que, com base nesse estudo, seja possível orientar a implementação de um projeto que promova o protagonismo das juventudes na construção de políticas no município.

Natureza

Projeto

Status

Em planejamento

Período de execução

2026

Órgão responsável

Grupo de Trabalho a ser designado pela Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Garantir o protagonismo das juventudes na construção de políticas

Entrega

Metas

2026	2027	2028	2029	2030
------	------	------	------	------

Estudo entregue

1	-	-	-	-
---	---	---	---	---

Unidade móvel LGBT



Descrição

A unidade móvel é uma extensão do Centro Estadual de Referência LGBT+ e, de forma itinerante, presta serviço humanizado e especializado no atendimento à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT+

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PREVio/ Governo do Estado do Ceará

Virando o jogo

Descrição

Destinado a adolescentes e jovens de 15 a 22 anos fora da escola e do mercado de trabalho, vem promover a reinserção escolar, fortalecer vínculos familiares e comunitários e facilitar a inserção no mercado de trabalho. Seus principais objetivos são ampliar habilidades, qualificar profissionalmente, incentivar a volta à escola e facilitar o acesso ao mercado de trabalho por meio de parcerias

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PREVio/ Governo do Estado do Ceará

Projema



Descrição

O projeto jovens mães (Projema) visa o fortalecimento dos fatores de proteção das jovens mães e do bebê, por meio de um fluxo de cuidado integral que permita o desenvolvimento das suas habilidades parentais e a construção de seu projeto de vida. Tem como objetivos contribuir para a redução de reincidência da gravidez precoce não planejada e o abandono/evasão escolar.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PREVio/ Governo do Estado do Ceará

Nem 1 aluno fora da escola

Descrição

Desenvolve estratégias de Busca Ativa para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de infrequência, abandono e evasão escolar, estando, conseqüentemente, mais expostos a diversos tipos de violências e vulnerabilidades sociais. Visa garantir a reinserção e a permanência escolar de crianças e adolescentes da Rede Estadual de Ensino.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PREVio/ Governo do Estado do Ceará

Empodera



Descrição

O projeto visa contribuir para a redução e a prevenção da violência doméstica e familiar por meio do cuidado integral às mulheres e do fortalecimento das habilidades produtivas, na perspectiva da economia solidária. Com duração de 10 meses, o projeto, voltado para mulheres de 18 a 55 anos em situação de violência doméstica e com medidas protetivas de urgência, fornece uma bolsa de R\$ 400,00 por mês e um Capital Semente de R\$ 2.000,00 para investir na implementação de seus projetos.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PreVio/ Governo do Estado do Ceará

CRDH - Centro de Referência dos Direitos Humanos

Descrição

O projeto tem por finalidade prestar, de forma humanizada, às vítimas diretas e indiretas de violações de Direitos Humanos: acolhimento, apoio, atendimento psicológico, social e orientação jurídica, realizando também o encaminhamento das mesmas para os demais serviços da rede de proteção à pessoa, promovendo o acesso à justiça, à cidadania e aos direitos humanos.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PreVio/ Governo do Estado do Ceará

Programa primeiro passo



Descrição

A ação visa promover a inclusão produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho por meio de curso de qualificação profissional e bolsa durante três meses. O público-alvo são jovens entre 16 e 22 anos que estejam em situação de risco social, incluindo internos e egressos do sistema socioeducativo, adictos em tratamento e moradores de áreas de maior vulnerabilidade.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

Secretaria da Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos/ Governo do Estado do Ceará

Inteligentes

Descrição

Visa o desenvolvimento das múltiplas inteligências e de habilidades socioemocionais com alunos de escolas públicas do Ensino Fundamental, esperando aumentar a permanência escolar dos alunos, fortalecer habilidades intra e interpessoais e reduzir as vulnerabilidades.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PRéVio/ Governo do Estado do Ceará

Eixo da Comunidade



Comunidade

A Comunidade é parte essencial de uma estratégia de prevenção à violência. A partir das evidências, reconhece-se o papel fundamental da coesão social e da construção coletiva de soluções para implementação de uma cultura de paz. Neste eixo, valoriza-se o fortalecimento dos laços comunitários, do sentimento de pertencimento e da confiança entre os moradores, criando ambientes onde as relações sociais são mais solidárias, colaborativas e seguras. Segundo o Atlas da Violência de 2023 (IPEA + Fórum Brasileiro de Segurança Pública) a maioria dos homicídios no Brasil ocorre em áreas com baixa coesão social, onde há ausência de redes comunitárias fortes e participação cidadã limitada*. Além disso, o mesmo relatório aponta que jovens negros, moradores de territórios periféricos e com baixa participação social organizada estão entre os mais vulneráveis à violência letal no país. Isso reforça a importância de iniciativas que estimulem o protagonismo comunitário*. Tudo isso evidencia como a convivência comunitária e o engajamento cidadão são estratégias poderosas para prevenir conflitos e ampliar a capacidade da própria comunidade em proteger seus membros e transformar sua realidade.

Nesse sentido, o eixo propõe o incentivo a projetos que mobilizem lideranças locais, fortaleçam redes de apoio, promovam a mediação de conflitos e valorizem os espaços públicos como lugares de encontro e pertencimento. É importante também estimular a escuta ativa da população, garantindo que suas demandas e saberes sejam incorporados às políticas públicas. Ao investir no protagonismo comunitário, o município amplia sua capacidade de enfrentamento da violência e cria condições mais duradouras para o fortalecimento da cultura de paz e da cidadania ativa nos territórios



EIXO COMUNIDADE

Metas e indicadores de acompanhamento

Meta

- 1 Aumentar o número de espaços revitalizados na cidade até 2030.
- 2 Reduzir a taxa de CVLI de crianças e adolescentes por 100 mil habitantes de 3,3 para 1,7 até 2030

Desafios

Objetivos estratégicos

Iniciativas municipais

Iniciativas complementares

Desigualdade no acesso a políticas de esporte, cultura e lazer para juventudes em situação de vulnerabilidade

6

Ampliar a infraestrutura urbana de lazer e esporte no município

Estudo – projeto para ampliar a infraestrutura urbana de lazer e esporte no município

Cidade Viva

Itinerante

7

Promover a cultura de paz e a convivência comunitária em territórios vulnerabilizados

Guarda mirim

Renda escolar

Ocupa SESEC

Cidadania na base

Mediação em ação

Fortalecimento da rede estadual de justiça restaurativa

Minha escola ensina direitos

Quadro de indicadores

Indicadores com meta

Indicador	Linha de base	Metas						Fonte
		2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Número de espaços revitalizados								Acompanhamento futuro

Indicadores de acompanhamento

Indicador	Linha de base	Alvos						Fonte
		2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Taxa de CVLI de crianças e adolescentes por 100 mil habitantes	3,3 (2024)	2,9	2,5	2,1	1,8	1,7	1,7	Observatório/SSPDS/CE

Objetivos Estratégicos

Para o eixo da Comunidade foram definidos 2 objetivos estratégicos, são eles:

1. Ampliar a infraestrutura urbana de lazer e esporte no município

Este objetivo reconhece que a escassez e desigual distribuição de espaços públicos de lazer e esporte afetam diretamente as possibilidades de convivência, desenvolvimento saudável e ocupação positiva do território, especialmente em áreas com maior vulnerabilidade. Muitos bairros carecem de praças ativas, equipamentos esportivos e áreas acessíveis para uso coletivo, o que limita o acesso de crianças, adolescentes, jovens e idosos a atividades culturais e recreativas. Ao estabelecer como prioridade a ampliação da infraestrutura urbana voltada para o lazer e o esporte, inclusive se comprometendo com o monitoramento futuro e ampliação de espaços revitalizados²⁶, o plano busca contribuir para a valorização do espaço público, o fortalecimento de vínculos comunitários e a prevenção de situações de violência por meio da convivência cidadã.

2. Promover a cultura de paz e a convivência comunitária em territórios vulnerabilizados

Este objetivo parte do reconhecimento de que conflitos interpessoais, discriminação e violências simbólicas e físicas se manifestam com maior intensidade em territórios marcados por desigualdades, desconfiança institucional e ausência de espaços de diálogo. A convivência comunitária muitas vezes é atravessada por disputas, estigmas e exclusões, o que enfraquece o tecido social e amplia o sentimento de insegurança. Isto se reflete na taxa de CVLI de crianças e adolescentes no município, que tem tido comportamento errático nos últimos anos²⁷. O objetivo propõe uma transformação nesse panorama, incentivando a construção de relações sociais baseadas no respeito, na solidariedade e no reconhecimento da diversidade, como pilares para o fortalecimento de uma cultura de paz e de pertencimento.

²⁶ Alinhado com a primeira meta do eixo, apresentada na página de metas.

²⁷ Fonte: Observatório/SSPDS/CE. Nota: observe o gráfico do indicador na página de metas do eixo.

Esses objetivos dialogam diretamente com o desafio de **desigualdade no acesso a políticas de esporte, cultura e lazer para juventudes em situação de vulnerabilidade**. Esse alinhamento demonstra a percepção de que promover uma convivência comunitária equilibrada e mais equitativa é essencial para ampliar o acesso a espaços de lazer e construir uma cultura de paz.

Metas

Para o eixo de comunidade foi definida 1 meta:

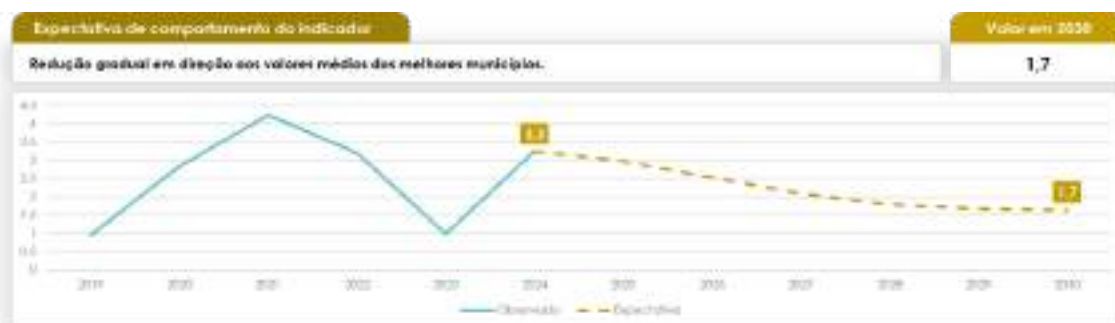
1. Aumentar o número de espaços revitalizados na cidade até 2030.

Tal meta se baseia na vulnerabilidade “Infraestrutura urbana precária”, elencada pelo PReVio como um fator de risco relacionado ao fenômeno da violência. O indicador será construído pelo município a partir de registros administrativos e detalhado em momento posterior.

Fonte: Registros administrativos do município.

Indicador de acompanhamento

1. Redução na taxa de CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais) de crianças e adolescentes por 100 mil habitantes de 3,3 para 1,7 até 2030.



O indicador saiu de aproximadamente **2,0 por 100 mil habitantes em 2019**, alcançando seu pico próximo a **4,0 por 100 mil em 2021**. No ano seguinte, houve uma queda expressiva, mas **em 2024 a taxa voltou a subir**, chegando a **3,3 por 100 mil habitantes**. A projeção considera uma **redução contínua até atingir o valor de referência de 1,7**, correspondente à média histórica do município de Iguatu, pois é o melhor desempenho entre os municípios analisados. A linha tracejada indica a trajetória de queda esperada, com o indicador recuando de **3,3 em 2024 para 1,7 em 2030**.

Fonte: Observatório/SSPDS/CE.



Descrição

O projeto objetiva mediar conflitos no município a partir da valorização da escuta qualificada e da convivência pacífica para prevenir situações de violência e estimular relações mais colaborativas no território. Está estruturado em três eixos: 'Recriando Possibilidades com a Mediação', com foco na rede intersectorial, 'Promovendo uma cultura de paz', o qual prioriza as forças de segurança, e 'Eventos em cultura de paz', voltado para o público em geral.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria da Segurança Cidadã (SESEC) - Coordenadoria de Cuidado e Cultura de Paz (CENTRO HUMANIZAR) / Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a cultura de paz e a convivência comunitária em territórios vulnerabilizados

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Reuniões realizadas	6	6	6	6	6
Círculos de Construção de Paz realizados	60	60	60	60	60
Rodas de conversas realizadas	12	12	12	12	12
Eventos realizados	2	2	2	2	2

Ronda escolar



Descrição

Grupamento da Guarda Civil Municipal de Sobral criado para garantir a segurança da comunidade escolar e promover a cultura de paz. Atua com rondas preventivas, proteção ao patrimônio público, apoio em ocorrências e ações educativas, como palestras e rodas de conversa. Destina-se a alunos, professores, gestores e famílias, fortalecendo vínculos e tornando as escolas mais seguras e acolhedoras.

Natureza

Ação

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria da Segurança Cidadã (SESEC) / Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a cultura de paz e a convivência comunitária em territórios vulnerabilizados

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Atividades realizadas	144	144	144	144	144
Percentual de escolas com rondas nos turnos matutino e vespertino	90%	90%	90%	90%	90%
Eixos contemplados pelas atividades	3	3	3	3	3
Atividades realizadas para cada nível de ensino (CEI, EF I, EF II)	12	12	12	12	12
Temáticas abordadas	36	36	36	36	36
Pessoas alcançadas	3.120	3.120	3.120	3.120	3.120



Descrição

O projeto transforma espaços públicos em ambientes de convivência, inclusão e valorização social. A iniciativa previne a violência aproximando a gestão das comunidades com ações esportivas, culturais e de cidadania, organizadas em eixos interno e territorial, promove integração social e fortalece o papel da Guarda Municipal como agente de cuidado.

Natureza

Projeto.

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria da Segurança Cidadã (SESEC) - Coordenadoria da Cidadania / Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a cultura de paz e a convivência comunitária em territórios vulnerabilizados

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Atividades realizadas	96	96	96	96	96
Participantes por território e por atividade	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800
Eventos e intervenções comunitárias apoiados ou promovidos	5	5	5	5	5
Parceiros intersetoriais acompanhando as atividades	10	10	10	10	10
Territórios atendidos regularmente	3	3	3	3	3



Descrição

A ação busca ampliar o acesso a serviços públicos para populações em situação de vulnerabilidade social e geográfica. Por meio de ações itinerantes, oferece emissão de documentos essenciais e inclusão digital em territórios periféricos e isolados. A iniciativa conta com parcerias intersetoriais e a participação da Guarda Civil Municipal como agente de proteção.

Natureza

Ação

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria da Segurança Cidadã (SESEC) - Coordenadoria da Cidadania / Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a cultura de paz e a convivência comunitária em territórios vulnerabilizados

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Ações itinerantes realizadas	10	10	10	10	10
Atendimentos prestados	1.700	1.700	1.700	1.700	1.700
Documentos emitidos/facilitados	700	700	700	700	700
Parceiros institucionais mobilizados	6	6	6	6	6
Territórios atendidos	10	10	10	10	10



Descrição

Oferece formação moral, cívica e profissional a jovens de 14 a 17 anos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A iniciativa combina aulas teóricas e práticas com atividades culturais, esportivas e de cidadania. Os participantes recebem uniforme, material didático, bolsa-auxílio de R\$ 300 e transporte gratuito durante sete meses, promovendo protagonismo juvenil e preparação para a vida profissional.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria da Segurança Cidadã (SESEC) - Coordenadoria da Cidadania / Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a cultura de paz e a convivência comunitária em territórios vulnerabilizados

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Jovens matriculados	120	120	120	120	120
Percentual médio de frequência dos jovens nas atividades do projeto	85%	85%	85%	85%	85%
Formações realizadas	16	16	16	16	16
Ações informativas comunitárias realizadas	6	6	6	6	6
Cursos extracurriculares executados no projeto	4	4	4	4	4
Jovens encaminhados para o mercado de trabalho	24	24	24	24	24
Jovens encaminhados para cursos profissionalizantes	36	36	36	36	36

Estudo – projeto para ampliar a infraestrutura urbana de lazer e esporte no município



Descrição

O projeto consiste na realização de um estudo aprofundado sobre práticas, metodologias e políticas públicas voltadas à ampliação de infraestruturas urbanas de lazer e esporte. A iniciativa busca identificar evidências nacionais e internacionais, mapear experiências locais e levantar indicadores que permitam compreender como implementar projetos acerca desses temas.

A expectativa é que, com base nesse estudo, seja possível orientar a implementação de novas infraestruturas de lazer e esporte no município.

Natureza

Projeto

Status

Em planejamento

Período de execução

2026

Órgão responsável

Grupo de Trabalho a ser designado pela Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Ampliar a infraestrutura urbana de lazer e esporte no município.

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Estudo entregue	1	-	-	-	-

Fortalecimento da rede estadual de justiça restaurativa



Descrição

O projeto visa o fortalecimento da Rede Justiça Restaurativa do Estado do Ceará, através da expansão das metodologias consensuais de conflito, formação continuada em Justiça Restaurativa e apoio a práticas restaurativas junto à rede pública de ensino.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026 - 2030

Órgão responsável

Defensoria Pública/ Governo do Estado do Ceará

Cidade Viva

Descrição

Projeto de urbanismo social voltado para a requalificação urbana de espaços públicos nos territórios prioritários dos 10 municípios. Visa realizar intervenções urbanas que promovam segurança e coesão social através da reintegração do tecido urbano.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PRéVio/ Governo do Estado do Ceará



Descrição

Prevê ações de fruição e formação nas linguagens das artes urbanas, implantando dois equipamentos diferentes: MEDIATECAS e Ateliê Itinerante. Os equipamentos serão espaços de socialização e integração social das juventudes através da arte urbana.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PRéVio/ Governo do Estado do Ceará

Descrição

A ação prevê a capacitação de líderes estudantis sobre direitos e o fomento à atuação como multiplicadores de informações essenciais para a garantia da cidadania plena. Além disso, visa minorar a violência no ambiente escolar através de metodologias ativas que favoreçam o conhecimento de direitos e da rede de proteção a crianças, adolescentes e jovens.

Natureza

Ação

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

Defensoria Pública do Ceará [DPCE]/ Governo do Estado do Ceará

Eixo de Governança e gestão



Governança e Gestão

O eixo Governança e Gestão está voltado para o fortalecimento da capacidade institucional do município em liderar, integrar e coordenar políticas públicas de prevenção à violência. Parte do reconhecimento de que a prevenção exige articulação entre diferentes setores, como segurança, saúde, educação, assistência social e urbanismo, além do envolvimento da sociedade civil. De acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*, apenas 14,5% dos municípios brasileiros possuem um Plano Municipal de Segurança Pública*. Isso indica que a maioria das cidades opera sem diretrizes claras e integradas para a prevenção da violência. Também, O Instituto Sou da Paz, em seu relatório "Balanço das Políticas de Gestão para Resultados na Segurança Pública", destaca que a fragmentação entre áreas como educação, assistência social e segurança é uma das principais barreiras à prevenção eficaz da violência*. Com isso, vemos a necessidade de estabelecer mecanismos de governança eficientes, promover a cultura do planejamento estratégico e garantir que as ações sejam acompanhadas, avaliadas e continuamente aprimoradas.

O fortalecimento deste eixo é essencial para o sucesso de qualquer plano municipal estruturado. Ao investir na governança e na gestão pública, os municípios tornam-se mais aptos a implementar políticas integradas, sustentáveis e alinhadas às reais necessidades dos seus territórios, promovendo respostas mais eficazes aos fatores que geram violência. Sendo assim, investir nesse eixo contribui diretamente para o fortalecimento da capacidade institucional, favorecendo a continuidade das ações, o uso eficiente de recursos públicos e a construção de políticas mais justas, baseadas em evidências e voltadas para a constante evolução do território.



EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO

Metas e indicadores de acompanhamento

Meta

- 1 Ter até 2030 a presença de planos municipais ativos que direcionem as ações em segurança, cultura, educação e saúde.
- 2 Atingir o percentual de ao menos 20% de agentes públicos capacitados no tema de prevenção à violência até 2030

Desafios

Objetivos estratégicos

Iniciativas municipais

Iniciativas complementares

Fragilidade na integração e intersetorialidade na prevenção à violência, especialmente no apoio às iniciativas comunitárias e da juventude

8

Fortalecer a articulação entre os entes governamentais

Unidade de Gerenciamento de Prevenção de Violências (UGP/PV)
Comissões de combate à violência

Fragilidade na formação e qualificação contínua dos profissionais da rede pública em prevenção à violência

9

Promover a qualificação em prevenção à violência para os servidores municipais

Cuidado e assistência para as forças de segurança
Educação para a paz
Cuidando de quem educa -
Círculos de construção de paz

Capacitação dos conselhos municipais dos direitos das mulheres

Curso de formação para gestores

Quadro de indicadores

Indicadores com meta

Indicador	Linha de base	Metas						Fonte
		2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Existência de planos municipais (saúde, educação, segurança e cultura) ²⁸	3/4 (2023)	3/4	3/4	3/4	3/4	4/4	4/4	IBGE
Percentual de agentes públicos capacitados no tema de prevenção à violência	0% (2024)	0%	4%	10%	16%	19%	20%	Elaboração própria

²⁸ O IBGE, por meio da pesquisa MUNIC, acompanha de forma recorrente a existência de planos municipais apenas nas áreas de saúde, educação, segurança e cultura. Esse dado é utilizado no Plano municipal de prevenção à violência como referência para o monitoramento da meta, por se tratar de uma fonte confiável, com abrangência nacional e série histórica consolidada.

Objetivos Estratégicos

Para o eixo da Governança e Gestão foram definidos 2 objetivos estratégicos, são eles:

1. Fortalecer a articulação entre os entes governamentais

Este objetivo reconhece que a fragmentação entre os diferentes setores e níveis de governo compromete a efetividade das políticas públicas, em especial no campo da prevenção à violência. A ausência de mecanismos sólidos de articulação e cooperação institucional pode resultar em duplicidade de ações, omissões no atendimento, baixa resolutividade e perda de eficiência nos investimentos públicos. Ao assumir como objetivo o fortalecimento dessa articulação, o plano busca aprimorar a governança intersetorial e intergovernamental, promovendo maior alinhamento entre as políticas, clareza nos fluxos e coerência nas respostas oferecidas à população. Um dos mecanismos que permitirão quantificar essa articulação é a elaboração de planos para diversas áreas relacionadas ao tema²⁹.

2. Promover a qualificação em prevenção à violência para os servidores municipais

Este objetivo parte do reconhecimento de que a atuação dos profissionais da rede pública está diretamente relacionada à sua formação técnica e relacional, especialmente quando se trata do enfrentamento de situações de violência e violações de direitos. Em muitos casos, a ausência de capacitação contínua limita a capacidade de resposta das equipes, fragiliza os fluxos de atendimento e compromete a escuta qualificada e o acolhimento às populações mais vulnerabilizadas. Ao priorizar a qualificação dos servidores municipais, o plano visa consolidar uma atuação mais preparada, sensível e comprometida com a promoção da dignidade e da segurança cidadã, chegando a capacitar uma parte relevante dos servidores como meta³⁰.

²⁹ Fonte: IBGE. Nota: É possível visualizar o quadro de planos elaborados na página de metas deste eixo.

³⁰ O plano propõe construir gradativamente o percentual de 20% de servidores capacitados em temas relacionados com prevenção à violência.

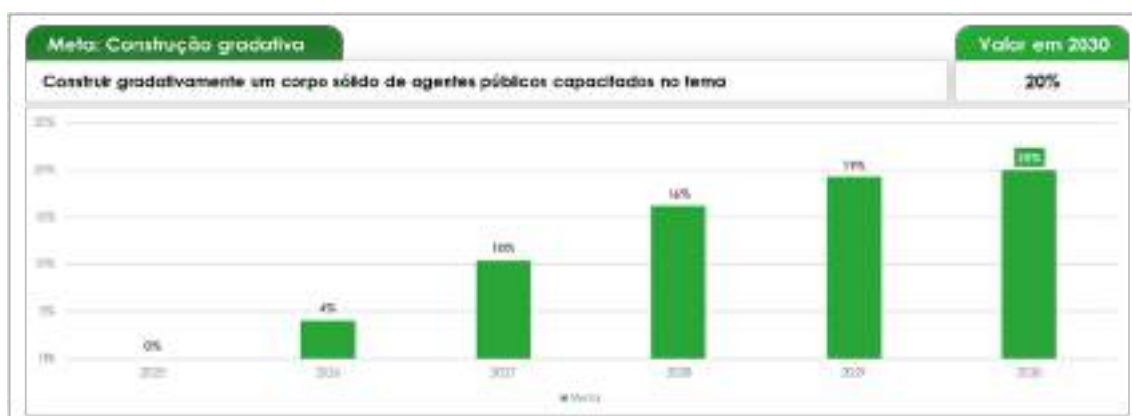
Esses objetivos dialogam diretamente com os **desafios “fragilidade na integração e intersectorialidade na prevenção à violência, especialmente no apoio às iniciativas comunitárias e da juventude” e “fragilidade na formação e qualificação contínua dos profissionais da rede pública em prevenção à violência”**. Essa convergência reflete a compreensão de que promover a integração entre diferentes setores do poder público, bem como a formação contínua dos profissionais, fortalece a construção de respostas mais eficazes e coordenadas para a prevenção da violência.

Metas

Para o eixo de Governança e Gestão foram definidas 2 metas.

1. Atingir o percentual de ao menos 20% de agentes públicos capacitados no tema de prevenção à violência até 2030

O gráfico apresenta a meta de crescimento progressivo do percentual de agentes públicos capacitados em prevenção à violência, partindo de 0% em 2025 e avançando ano a ano até alcançar **20% em 2030**. A projeção estabelece incrementos regulares: **4% em 2026, 10% em 2027, 14% em 2028, 19% em 2029**, até atingir o valor-meta de 20%. Essa trajetória ascendente reflete uma estratégia de **fortalecimento contínuo da qualificação** dos profissionais, visando consolidar, até 2030, um corpo técnico robusto e preparado para atuar de forma eficaz na prevenção da violência. Cabe ressaltar que **o alcance dessa meta tem impacto transversal no plano**, à medida que servidores mais capacitados para lidar com o tema da prevenção à violência tendem a entregar melhores resultados para as demais metas e iniciativas estabelecidas.



Fonte: Elaboração própria

2. Ter até 2030 a presença de planos municipais ativos que direcionem as ações em segurança, cultura, educação e saúde

A tabela apresenta a existência de **planos municipais ativos nessas quatro áreas estratégicas entre 2013 e 2023**. Observa-se que a saúde **manteve maior regularidade**, enquanto para a **cultura** não há planos no período observado. Já a educação e a segurança apresentaram **descontinuidades**. Logo, a meta para 2030 é alcançar a **presença simultânea de planos nas 4 áreas estratégicas**, de forma articulada e contínua, indicando que a gestão municipal está comprometida com um modelo de **planejamento integrado** e com a melhoria da **governança intersetorial**.

Meta: Sustentar planos para sustentar o futuro					2030
Ter, em 2030, a presença de planos municipais que direcionem ações em saúde, educação, segurança e cultura					Todos os planos alcançados
Ano	Segurança	Cultura	Educação	Saúde	
2013	-	-	-	✓ Sim	
2014	✓ Sim	-	✗ Não	✓ Sim	
2018	-	✗ Não	✓ Sim	✓ Sim	
2019	✗ Não	-	-	-	
2021	-	✗ Não	✓ Sim	✓ Sim	
2023	✓ Sim	-	-	-	
2030	✓ Sim	✓ Sim	✓ Sim	✓ Sim	

Fonte: IBGE. Nota: * Os anos omitidos na tabela acima não tiveram dados relacionados aos planos municipais divulgados.

Unidade de Gerenciamento de Prevenção de Violências (UGP/PV)



Descrição

A UGP/PV atua na prevenção da violência contra adolescentes e jovens de 10 a 29 anos em Sobral, com foco na garantia de direitos e redução de homicídios. Suas ações incluem consolidação de dados, estudos sobre mortes violentas, acompanhamento territorial, educação em direitos humanos e cultura de paz. Além disso, fomenta coletivos comunitários, fortalece vínculos sociais e promove articulação com serviços públicos e movimentos sociais.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social (SDHAS) / Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Fortalecer a articulação entre os entes governamentais

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Relatórios sobre homicídios e vulnerabilidades publicados	3	3	3	3	3
Acompanhamentos de beneficiários da Prestação de Serviço Comunitário realizadas	50	50	50	50	50
Formações, oficinas e eventos realizados	12	12	12	12	12
Jovens monitorados conforme Matriz de Vulnerabilidades	350	350	350	350	350
Reuniões realizadas com gestores públicos	12	12	12	12	12
Grupos e coletivos apoiados	5	5	5	5	5
Parcerias firmadas com movimentos sociais	3	3	3	3	3



Descrição

Oferece cuidados em saúde e formações em cultura de paz que fortaleçam a Guarda Civil Municipal de Sobral (GCMS), por meio de acompanhamento psicológico, atendimento de fisioterapia, suporte em assistência social, orientações em saúde, visitas técnicas e ações coletivas de cuidados.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria da Segurança Cidadã (SESEC) - Coordenadoria de Cuidado e Cultura de Paz (CENTRO HUMANIZAR)/ Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a qualificação em prevenção à violência para os servidores municipais

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Ações de cuidado executadas	24	24	24	24	24
Atendimentos Psicológicos prestados	260	260	260	260	260
Visitas domiciliares da Guarda Mirim	120	120	120	120	120
Rodas de conversa	12	12	12	12	12
Encontros temáticos realizados	6	6	6	6	6
Atendimentos Fisioterapêuticos prestados	384	384	384	384	384



Descrição

O projeto promove processos contínuos de formação, reflexão crítica e desenvolvimento de competências entre os profissionais da segurança, com foco na construção de relações mais humanas, respeitadas e colaborativas no ambiente de trabalho, reverberando assim, na comunidade. Dessa forma, o projeto prevê a sensibilização e a capacitação dos servidores da segurança pública para práticas que favoreçam o diálogo, a mediação de conflitos como alternativa à repressão, abordagens pacificadoras, a escuta ativa e o respeito à diversidade.

Natureza

Projeto

Status

Em execução

Período de execução

2026 – 2030

Órgão responsável

Secretaria da Segurança Cidadã (SESEC) - Coordenadoria de Cuidado e Cultura de Paz (CENTRO HUMANIZAR)/ Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a qualificação em prevenção à violência para os servidores municipais

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Formações realizadas	12	12	12	12	12
Profissionais de segurança capacitados	100	100	100	100	100
Percentual de instituições de segurança alcançadas	50%	50%	50%	50%	50%
Carga horária média das formações	2h a 40h	2h a 40h	2h a 40h	2h a 40h	2h a 40h

Cuidando de quem educa – Círculos de construção de paz



Descrição

O projeto presta os serviços de escuta, acolhimento e autocuidado para professores e é realizado no Centro Humanizar em Sobral. Além disso, é fornecido um curso para formação de orientadores educacionais para Construção de Círculos de Paz.

Natureza

Projeto

Status

Em planejamento

Período de execução

2026

Órgão responsável

Secretaria da Segurança Cidadã (SESEC)/ Secretaria Municipal de Educação/ Coordenadoria de Cuidado e Cultura de Paz (CENTRO HUMANIZAR)/ Prefeitura Municipal de Sobral

Vinculação estratégica (objetivo)

Promover a qualificação em prevenção à violência para os servidores municipais

Entrega	Metas				
	2026	2027	2028	2029	2030
Círculos realizados	99	99	99	99	99
Alunos e profissionais contemplados	990	990	990	990	990
Escolas contempladas	33	33	33	33	33

INICIATIVA
COMPLEMENTAR 1

Capacitação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres



Descrição

O projeto caracteriza-se pela formação conceitual e prática das conselheiras municipais que compõem o conselho de defesa dos direitos das mulheres. As capacitações acontecerão em 10 cidades e atenderão os municípios de referência de cada macrorregião. Cada capacitação terá carga horária de 24 horas total, executada em 03 dias de encontro.

Natureza

Ação

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PreVio/ Governo do Estado do Ceará

INICIATIVA
COMPLEMENTAR 2

Curso de formação para gestores

Descrição

O Curso de Formação em Direitos humanos e Prevenção à violência para gestores e técnicos municipais da Rede de Proteção Social e agentes da Segurança Pública, visa a disseminação de conhecimento por meio de uma abordagem teórico-prática, aportada na análise de cenários da violência e na busca de modelos de atendimento e intervenções em contexto de violências, tendo em vista a realidade local de cada município e/ou território.

Natureza

Ação

Status

Em execução

Período de execução

2026

Órgão responsável

PreVio/ Governo do Estado do Ceará



4

Governança e monitoramento

Governança

O conceito de governança se refere aos "arranjos institucionais" (estruturas, processos, mecanismos, princípios, regras, normas, etc.) que condicionam a forma pela qual um(a) determinado(a) plano/ programa/ projeto/ processo/ política é formulado(a), implantado(a), monitorado(a) e avaliado(a).

Dessa forma, a governança consiste na maneira como os atores relevantes se articulam e coordenam suas competências e capacidades para alcançar os objetivos do projeto. Isso envolve:

- Identificação dos atores relevantes e partes interessadas no sucesso dos Planos Municipais de Prevenção à Violência, bem como no fortalecimento do PReVio.
- Definição das atribuições de cada ator de forma inequívoca, estabelecendo os papéis e responsabilidades de cada um, além da estruturação dos ciclos de elaboração, execução, gerenciamento, monitoramento e avaliação dos planos municipais.
- Definição e delineamento dos processos multinível e dos sistemas de coordenação, por meio dos quais os atores relevantes poderão cooperar e alinhar suas ações para garantir o alcance dos resultados esperados, promovendo maior integração e eficácia na implementação das políticas de prevenção à violência.

Este modelo de governança busca garantir a efetividade do plano municipal e a sustentabilidade das ações no longo prazo, fortalecendo a capacidade institucional do município para lidar com os desafios da prevenção à violência.

Disciplina de execução e princípios

A implantação do modelo de governança deve ser orientada à promoção do conjunto de valores, atributos e procedimentos organizacionais, fomentando a geração e resultados por meio do alinhamento do sistema de gestão em torno de 04 disciplinas fundamentais:



Fontes: Adaptado por MACROPLAN a partir de: McCHESNEY, C. et al. The 4 Disciplines of Execution. Salt Lake City: Franklin Covey. 2014. MCCCHESNEY, C. HULING, J. Four Reasons Why Your 2013 Strategy Will Fail (and What to Do About It). Forbes Leadership Forum. 2013. Disponível em: <<http://tiny.cc/o5pskz>>. ou em português (tradução livre) em <<http://tiny.cc/s6pskz>>. Acesso em 03/03/2020. SCHAWBEL, D. The 4 Disciplines of Business Execution. Forbes Magazine, 2012. Disponível em: <<http://tiny.cc/baqsks>>. Acesso em: 03/03/2020.

Alem disso, há cinco princípios que regem a execução da governança. São eles:

1. Capacidade de resposta

É a competência de uma instituição pública de atender de maneira eficiente as demandas dos cidadãos, podendo inclusive antecipá-las e oferecer soluções. Para a implementação desse princípio, é necessário: i) orientar ações com foco na obtenção de resultados concretos para a sociedade, desenvolvendo soluções rápidas e inovadoras para enfrentar a escassez de recursos e a mudança das prioridades; e ii) fomentar a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, com ênfase nos prestados digitalmente. (Guia da Política de Governança Pública – Governo Federal, 2018)

2. Integração e Articulação Multi-Institucional

Esse princípio promove a articulação entre diferentes setores da sociedade, garantindo que governo estadual, municipal e organizações da sociedade

civil trabalhem de **forma coordenada** para alinhar metas e compartilhar recursos. A integração permite que políticas públicas estaduais sejam complementadas por arranjos municipais e vice-versa, promovendo sinergias que **ampliam o impacto das ações**. Além disso, ao unir esforços, os atores podem identificar lacunas, evitar sobreposições e criar soluções mais eficientes e direcionadas para desafios específicos.

3. Responsabilidade compartilhada

A responsabilidade compartilhada estabelece que todos os atores envolvidos nos planos municipais tenham um papel ativo na redução da violência. Por meio da cooperação e da corresponsabilidade, governos municipais e estadual devem criar um ambiente institucional que fortaleça políticas preventivas, enquanto a sociedade civil contribui para o monitoramento e o feedback das ações. Esse princípio **reforça o compromisso de cada parte** em investir na prevenção da violência e na promoção da cultura de paz, garantindo que as ações conjuntas sejam sustentáveis e gerem benefícios equitativos. A responsabilidade compartilhada também fortalece o senso de pertencimento, incentivando cada ator a desempenhar seu papel de maneira ética e comprometida, resultando em avanços concretos para os municípios priorizados pelo PReVio.

4. Confiabilidade

Representa a capacidade das instituições de segurança pública em reduzir incertezas e **fortalecer a confiança da população**. Para isso, é essencial estabelecer uma comunicação transparente e acessível com a sociedade. Um plano municipal de prevenção à violência confiável deve ser coerente com seus objetivos e diretrizes, garantindo um ambiente previsível e consistente, o que transmite segurança tanto para os cidadãos quanto para os setores produtivos. O diálogo contínuo e honesto com a sociedade civil, aliado a um planejamento estruturado, realista e de longo prazo, é essencial para assegurar a efetividade das ações e o compromisso dos diversos atores. Dessa forma, a implementação dos planos municipais alinhados ao PReVio deve garantir bom entendimento, previsibilidade e participação social, reforçando a credibilidade e o engajamento coletivo na prevenção da violência.

5. Transparência

É o compromisso do Poder Público em garantir transparência na gestão da

segurança pública, fornecendo **informações confiáveis e acessíveis à sociedade**. A busca por uma comunicação aberta e direta, aliada a mecanismos que ampliem o acesso da população às informações governamentais, é **essencial para fortalecer a confiança e o engajamento social** na prevenção da violência. A transparência é um dos pilares para a construção de uma governança participativa e cidadã, alinhada ao conceito de "open government", promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esse modelo de gestão incentiva políticas que ampliam a participação social, fortalecem a democracia e impulsionam o crescimento inclusivo. Nos planos municipais de prevenção à violência, a transparência deve ser um princípio central, garantindo que a sociedade tenha acesso às ações implementadas, fomentando a corresponsabilidade e o controle social na construção de um Ceará mais pacífico e seguro.

Estrutura de Governança de Prevenção à Violência do Governo do Estado do Ceará

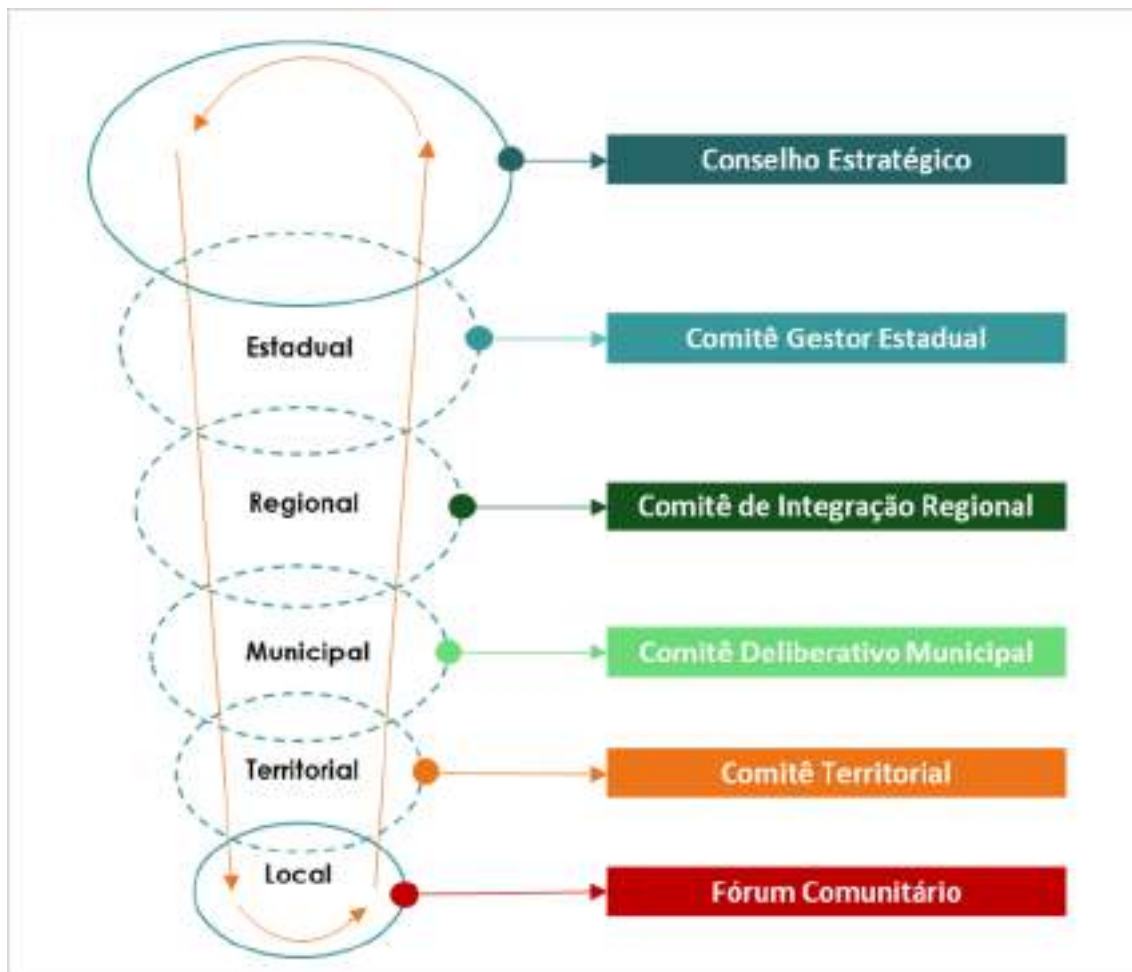
A estrutura organizacional do modelo de governança do Plano Municipal de Prevenção à Violência foi elaborada para interagir com a Estrutura de Governança de Prevenção à Violência, gerenciada pela Coordenadoria Executiva de Prevenção à Violência (COPREV) para que seja possibilitada uma maior cooperação entre os governos Estadual e Municipal. Desta forma, será primeiro apresentado o modelo de governança proposto pela Coordenadoria Executiva de Prevenção à Violência (COPREV) para então ser proposto o modelo municipal.

O modelo da COPREV atua com ênfase na integração, intersetorialidade e transversalidade das políticas públicas, a partir da articulação institucional e comunitária no âmbito do planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das ações de prevenção e redução da violência e promoção de uma cultura de paz.

Esta estrutura objetiva fortalecer a articulação inter e intragovernamental para a coordenação de políticas no campo da gestão pública regionalizada e municipalizada, assim como no apoio institucional dos processos de trabalho e da qualificação técnica dos(as) profissionais, por meio de formação continuada e fortalecimento da participação social. Abaixo, uma breve descrição de cada instância:

O modelo prevê a utilização de instâncias colegiadas em nível **estratégico, regional, municipal e territorial**, com o intuito de propiciar diálogos perenes, compartilhamento de estudos e experiências para facilitar e direcionar o processo decisório, considerando os recortes e contextos sociais e territoriais. Na figura a seguir, é apresentado o modelo proposto.

Desenho do modelo de governança COPREV



Fonte: Coordenadoria Executiva de Prevenção à Violência.

A seguir, um resumo das diferentes instâncias propostas pela COPREV para compor a governança de prevenção à violência desde o âmbito estadual até o local:

Conselho Estratégico de Prevenção e Redução da Violência (CE-PreVio): Órgão colegiado deliberativo e consultivo da Política Estadual de Prevenção e Redução da Violência, de natureza interinstitucional e interfederativa, com âmbito de atuação e abrangência estaduais e regionais.

Comitê Gestor Estadual: Órgão colegiado consultivo e deliberativo desta Política, de natureza intersetorial, com âmbito de atuação e abrangência estaduais.

Comitês de Integração Regional (CIR-PreVio): Composto por 14 (catorze) órgãos colegiados deliberativos e consultivos, de natureza interinstitucional e interfederativa, com âmbito de atuação e abrangência regionais.

Comitê Deliberativo Municipal: Órgão colegiado deliberativo e consultivo, de natureza interinstitucional e interfederativa, com âmbito de atuação e abrangência municipal.

Comitê Territorial: Órgão colegiado deliberativo e consultivo, de natureza interinstitucional e interfederativa, com âmbito de atuação e abrangência territoriais.

Fórum Comunitário: Instância colegiada consultiva e de participação social, de natureza interinstitucional, com âmbito de atuação e abrangência territoriais.

Modelo de governança do plano

A estrutura organizacional do modelo de governança do Plano Municipal de Prevenção à Violência foi elaborada para interagir com a estrutura apresentada anteriormente, e tem como objetivo garantir a articulação eficaz entre os diferentes atores e ações estratégicas, promovendo uma abordagem integrada e colaborativa na prevenção da violência e fortalecimento da segurança cidadã. Ademais, preza pelo princípio da simplificação³¹.

Há duas instâncias principais, que podem ser adaptadas ao longo do período de implantação, de acordo com as necessidades do município. São elas:

Comitê Deliberativo Municipal: responsável pela tomada de decisões estratégicas e pelo acompanhamento da execução do Plano Municipal. Este comitê reúne representantes do governo municipal e outras instituições-chave, assegurando um modelo de governança alinhado às diretrizes da Coordenadoria Executiva de Prevenção à Violência.

Gerência Executiva: tem o papel de gestão tático-operacional e articulação

³¹ Princípio da simplificação: planos, metas e processos devem ser diretos, enxutos e de fácil compreensão, sem perder a precisão necessária para orientar a execução.

interinstitucional, sendo responsável por coordenar as ações definidas pelo Comitê Deliberativo, facilitar a comunicação entre os diferentes atores e garantir a implementação eficaz dos projetos previstos no plano. Além disso, essa instância acompanha **indicadores** e promove **ajustes estratégicos**, assegurando que os projetos sejam sustentáveis e eficazes na redução da violência nos municípios priorizados.



Cargos e suas atribuições

A seguir, são apresentados os atores que compõem o Comitê Deliberativo, com seus cargos e atribuições sugeridos:

Cargo	Ator(es) sugerido(s)	Principais atribuições
Presidente do Comitê	Prefeito municipal	• Convocar e presidir as reuniões do Comitê Deliberativo Municipal; • Convocar reuniões extraordinárias; • Representar o Comitê institucionalmente, inclusive em outras instâncias da estrutura de governança de Prevenção à Violência; • Delegar competências voltadas às iniciativas de prevenção à violência para os gestores e profissionais municipais que

Cargo	Ator(es) sugerido(s)	Principais atribuições
		acompanharem as reuniões do Comitê; • Cumprir e zelar pela efetivação das decisões do Comitê; • Participar das discussões e votações nas mesmas condições dos outros membros; • Participar das Comissões Técnicas Permanentes nas mesmas condições dos outros membros; • Assinar deliberações, recomendações, pareceres e moções expedidas pelo Comitê Deliberativo; • Solicitar transparência nas informações que subsidiem deliberações do Comitê e agilidade nos encaminhamentos dos pleitos; • Decidir sobre questões de ordem; • Exercer o voto de minerva; • Exercer outras atribuições definidas em lei ou autorizadas pelo Comitê.
Membros da Secretaria Executiva	Representante da Prefeitura Municipal OU da Coordenadoria Executiva de Prevenção à Violência da Casa Civil do Governo do Estado do Ceará	• Organizar a pauta e logística das reuniões; • Submeter a pauta à aprovação do(a) Presidente; • Articular e mobilizar os representantes institucionais que compõem o Comitê; • Organizar listas de frequência e atas de registro; • Realizar a gestão dos encaminhamentos acordados no Comitê; • Acompanhar o processo de implantação e de funcionamento

Cargo	Ator(es) sugerido(s)	Principais atribuições
		das Comissões Técnicas Permanentes; • Praticar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas, assim como os que resultem de deliberação do Comitê Deliberativo; • Desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das ações deliberadas pelo Comitê Deliberativo; • Propor, organizar, executar e articular atividades de formação continuada, seminários e ações de qualificação voltadas aos membros do Comitê e à rede de prevenção; • Exercer outras atividades correlatas.
Membros da Comissão Técnica Permanente de Planejamento, Monitoramento e Avaliação	Membros titulares e suplentes do Comitê e técnicos indicados por eles, devendo contar com um Coordenador e um Relator, eleitos entre seus integrantes	• Acompanhar a construção, execução, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Prevenção à Violência; • Sugerir a formulação de estratégias e ações de prevenção à violência no município com o objetivo de melhorar os indicadores do Plano Municipal de Prevenção à Violência.
Membros do Comitê	Secretários(as) municipais; Representante(s) do Poder Judiciário do Estado do Ceará com atuação municipal; Representante(s) do Ministério Público do Estado do Ceará com atuação municipal; Representante(s) da Defensoria Pública do Estado do Ceará com atuação municipal; Representante(s) da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Governo do Estado do Ceará,	• Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê; • Propor à Secretaria Executiva a inclusão de matérias na pauta das reuniões; • Analisar, discutir e propor melhorias relativas às matérias apresentadas nas reuniões; • Propor à Secretaria Executiva, com a necessária antecedência, a participação de convidados que possam prestar

Cargo	Ator(es) sugerido(s)	Principais atribuições
	por meio dos seus órgãos vinculados, com atuação municipal; Representante(s) das instituições estaduais das áreas correlatas ao tema da prevenção da violência com atuação municipal.	esclarecimentos e subsídios sobre as matérias constantes da pauta nas reuniões; • Solicitar à Secretaria Executiva, informações e documentos necessários ao desempenho de suas atividades junto ao Comitê; • Comunicar à Secretaria Executiva, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a impossibilidade de seu comparecimento à reunião; • Reportar ações e deliberações à sua instituição; • Guardar sigilo de informações sensíveis; • Apresentar iniciativas, estratégias e informações da sua instituição relacionadas à prevenção à violência; • Propor a implementação e a integração de ações de prevenção à violência para o município; • Exercer outras atividades correlatas.
Gerente Executivo	Quadro técnico-político do município	• Acompanhar os objetivos, projetos e entregas do Plano; • Coordenar a produção dos relatórios trimestrais para o Comitê; • Monitorar a implementação do Plano Municipal de Prevenção à Violência.
Gerente de Projetos	Técnicos(as) do município	• Acompanhar a implementação dos projetos designados; • Relatar a evolução dos projetos à Coordenação Executiva e ao Comitê; • Coordenar a equipe de implementação e supervisão dos projetos.

Cargo	Ator(es) sugerido(s)	Principais atribuições
Equipes de Apoio	Técnicos(as) do município e/ou do Estado	• Apoiar reuniões com análises técnicas, quando solicitado; • Resolver problemas durante a execução dos projetos, dentro de sua alçada; • Prestar informações sobre a execução dos projetos.

Além da estrutura permanente descrita anteriormente, poderão ser instituídos Grupos de Trabalho de caráter transitório, conforme as demandas específicas identificadas pelo Comitê Deliberativo Municipal. Esses grupos terão como finalidade apoiar a formulação, análise e sistematização de estudos vinculados às iniciativas previstas nesta categoria do plano, contribuindo para o aprofundamento técnico e a qualificação das ações propostas e devendo apresentar seus resultados ao Comitê para apreciação.

Reuniões de monitoramento

As reuniões de monitoramento se constituem como o principal instrumento de acompanhamento estratégico da implementação do Plano Municipal de Prevenção à Violência. A principal motivação dessas reuniões é, portanto, a antecipação e a solução de restrições que possam comprometer a execução das ações do Plano Municipal nos prazos, custos e/ou requisitos de qualidade pactuados.

Nos três casos ("de rotina", "gerencial" e "estratégico"), o principal resultado das reuniões deve ser a aprovação de um conjunto de decisões em torno das medidas de gestão e providências (com prazos e responsáveis) orientadas à superação das restrições mapeadas. Para garantir que as reuniões de monitoramento provoquem as decisões pertinentes é crucial que as informações sejam constantemente atualizadas para os membros do Comitê Deliberativo.

Além disso, há também a reuniões de prestação de contas, que visam compartilhar os resultados com a população através da participação popular, receber contribuições acerca da execução, transparência e melhoria contínua dos projetos sendo executados.

» **Reunião: Prestação de contas**

Periodicidade: A definição do fluxo de monitoramento será realizada posteriormente pela equipe da COPREV em conjunto com o município.

Foco: Prestação de contas, controle social e coleta de percepções da população para aprimoramento do plano municipal nos próximos ciclos

Participantes:

- Presidente e membros do Comitê Deliberativo
- Gerente executivo/a
- Organizações da sociedade civil
- População.

» **Reunião: Monitoramento Estratégico**

Periodicidade: A definição do fluxo de monitoramento será realizada posteriormente pela equipe da COPREV em conjunto com o município.

Foco: Decisões, críticas, avaliação da carteira e solução de restrições sistêmicas

Participantes:

- Presidente e membros do Comitê Deliberativo
- Gerente executivo/a
- Convidados, conforme necessidade.

» **Reunião: Monitoramento Gerencial**

Periodicidade: A definição do fluxo de monitoramento será realizada posteriormente pela equipe da COPREV em conjunto com o município.

Foco: Definição das medidas de gestão para superação das restrições

Participantes:

- Gerente executivo/a
- Secretários das pastas relevantes às ações pertinentes à reunião em questão

- Gerentes dos projetos
- Convidados, conforme necessidade

» **Reunião: Monitoramento de Rotina**

Periodicidade: A definição do fluxo de monitoramento será realizada posteriormente pela equipe da COPREV em conjunto com o município.

Foco: Acompanhamento dos marcos críticos e identificação de restrições

Participantes:

- Coordenadores dos projetos
- Responsáveis por entregas do plano nas diferentes secretarias.

Relatório executivo

Os **atores envolvidos na execução dos Planos Municipais de Prevenção à Violência** terão acesso a um modelo de **relatório executivo**, elaborado periodicamente pelo gerente municipal com base nas informações fornecidas pelas equipes responsáveis.

Esses relatórios serão o principal insumo para as reuniões do Comitê Deliberativo e da Secretaria Executiva, facilitando a compreensão da alta gestão municipal sobre o status de execução do plano.

Foi criado um modelo de monitoramento base, disponibilizado no formato Excel, disponibilizado pelo link em anexo, representado na figura ao lado.

Em síntese, o relatório executivo reunirá as informações estratégicas necessárias para a tomada de decisão, com foco em:

- **Identificação de oportunidades** para acelerar a implementação dos projetos;
- **Remoção de restrições e mitigação de riscos** que possam impactar a execução do plano;
- **Reavaliação e ajustes estratégicos**, sempre que necessário, com base na análise dos indicadores de resultado (desempenho real vs. metas projetadas);

- **Transparência e controle social**, garantindo que os relatórios sejam apresentados ao **Comitê Deliberativo** e disponibilizados para consulta pública, permitindo que a sociedade acompanhe o andamento dos projetos previstos no plano.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO



PREFEITURA DE
SOBRAL

Pre
VIO

Programa
Integrado
de Prevenção
e Redução
da Violência

Instituto
**Cidade
Segura**

MacroPlan